



UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NA GESTÃO ESTRATÉGICA
DUMA PME DE SÃO VICENTE

Estudo de caso: Sorbogás, SARL

MARCOS PAULO DOS SANTOS BRITO

Mindelo, 2015

MARCOS PAULO DOS SANTOS BRITO

A Importância da Contabilidade na Gestão Estratégica duma PME de São Vicente

Estudo de Caso: Sorbogás, SARL

Monografia apresentada à Universidade do Mindelo.

Como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Licenciatura em
Organização e Gestão de Empresas.

ORIENTADORA: Doutora Helena Gomes

Mindelo, 2015

EPÍGRAFE

“Aqueles que se enamoram da prática sem a ciência, são como navegador que entra no navio sem timão ou bússola, que jamais têm certeza de onde se vai. Sempre a prática deve ser edificada sobre a boa teoria.”

Leonardo Da Vinci

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a todos os que, ao longo destes quatro anos me apoiaram, especialmente aos meus pais Mateus Brito Rocha e Constança dos Santos Delgado, minha irmã Lenice dos Santos Brito, colegas e amigos, por ajudarem a concretizar um dos maiores objectivos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agora que a fase mais esperada aproxima-se, quero agradecer a todos os que me apoiaram e me deram força para superar todos os obstáculos durante esta licenciatura.

- À minha família por tudo o que fizeram por mim, por todo o seu apoio e paciência.
- A minha orientadora, Doutora Helena Gomes, pelas suas sábias orientações.
- Agradeço ao meu Pai Celestial;
- Agradeço ao meu Ex - Coordenador do curso Eng.º Emanuel Spencer, pelo apoio e dedicação que me proporcionou ao longo desses quatro anos, e ao actual Coordenador pela sua compreensão e apoio.
- A todos os meus colegas, que de alguma forma me apoiaram ao longo deste curso.
- A minha gratidão para com todos os colaboradores da empresa Sorbogás, SARL;
- Aos meus docentes, por me terem fornecido as ferramentas necessárias para ter concluído, com sucesso, a minha licenciatura.

Assim deixo a todos que me ajudaram durante esses quatro anos de licenciatura, um grande

MUITO OBRIGADO!

Resumo

Com a crescente competitividade viabilizada pelo mercado em expansão, as empresas, cada vez mais, concentrando-se em metas mais audaciosas para aumento de produtividade, inovação tecnológica e excelência de seus produtos, a qual pode ser facilitada pela utilização de recursos inteligentes oferecidos pela contabilidade.

O presente trabalho procura identificar e analisar em que medida a contabilidade e seus instrumentos são utilizados dentro de uma organização, se as informações recolhidas através da contabilidade são usadas na tomada de decisão.

Como estratégia metodológica adoptou-se uma pesquisa exploratória, de vertente quantitativa e qualitativa, tendo como orientações metodológicas um Estudo de Caso na empresa Sorbogas, SARL.

Para a formulação do problema, foram desenvolvidos em termos teóricos, analisando a contabilidade da empresa, centralizando na gestão estratégica da mesma.

Em termos de recolha de dados necessários a realização da mesma, foi utilizado como instrumento de entrevistas dirigidas ao gestor e directora financeira da empresa, posteriormente analisadas, foram também recolhidas na organização o relatório de contas dos últimos três anos para devida análise e interpretações.

Palavras-chave: Gestão estratégica, contabilidade, sistema de informação, tomada de decisão,

ABSTRACT

With the increasing competitiveness made possible by expanding market, companies increasingly focusing on more ambitious goals to increase productivity, technological innovation and excellence of its products, which can be facilitated by using smart features offered by accounting.

This paper seeks to identify and analyze the extent to which accounting and its instruments are used within an organization, whether the information collected through the accounts are used in decision making.

As methodological strategy adopted an exploratory research, quantitative and qualitative aspects, with the methodological guidelines a Case Study in Sorbogas company, SARL.

For the formulation of the problem they have been developed in theoretical terms, analyzing the accounts of the company, centering on the strategic management of the same.

In terms of collecting data necessary to carry out the same it was used as an instrument of interviews addressed to the manager and financial director of the company, later analyzed, were also collected in organizing the financial report for the last three years due analysis and interpretations.

Keywords: Strategic management, accounting, information systems, decision making.

CAPITULO I - INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização do tema.....	1
1.2. Situação Problemática	3
1.3. Objectivos do Estudo.....	5
1.4. Justificativa.....	6
1.5. Estrutura do trabalho	7
CAPITULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
2.1. Pequenas e Médias Empresas	8
2.1.1. Conceito das Empresas:.....	8
2.1.2. Conceito das Pequenas e Médias Empresas	12
2.1.3. Impacto das PME's no desenvolvimento Económico – Social no País	16
2.2. Gestão estratégica	21
2.2.1. Noção de Gestão Estratégica	22
2.2.2. Gestão Estratégica da Informação	26
2.3. A Contabilidade como Sistema de Informação	28
2.3.1. Evolução e Abordagens da Contabilidade.....	28
2.3.2. O Sistema de Contabilidade de Cabo Verde	39
2.3.3. A Contabilidade nas PME'S Cabo-Verdianas.....	43
2.3.3.1. Normalização contabilística e as PME's	47
2.3.3.2. Os instrumentos contabilísticos das PME'S.....	51

2.3.3.3. Indicadores de desempenho económico-financeiro das PME's	54
CAPITULO III – METODOLOGIA.....	56
3.1. Metodologia de Investigação.....	56
3.1.1. Estudo de Caso	57
3.1.2. População e Amostra	57
3.1.3. Métodos de recolha dos dados.....	58
3.1.4. Forma de Tratamento dos dados.....	59
CAPITULO IV – ESTUDO DE CASO	60
4.1. Caracterização do objecto de estudo	60
4.2. Apresentação da Empresa.....	60
4.3. Análise diagnóstica da empresa Sorbogas.....	64
4.4. Análise económica – Financeira da Sorbogas	68
4.5. Propostas de perspectivas e objectivos estratégicos para Sorbogas	77
4.6. Indicadores estratégicos para a Sorbogas	78
CAPITULO V - CONCLUSÃO	80
CAPITULO VI - RECOMENDAÇÕES.....	82
CAPITULO VII - BIBLIOGRAFIA.....	83
CAPITULO VIII – ANEXOS.....	88

ÍNDICE DAS FIGURAS

FIGURA I – A Empresa e o Meio.....	9
FIGRIURA II – Matriz BCG.....	24
FIGURA III – Modelo das 5 forças de Porter	25
FIGURA IV - Os Intervenientes da Informação Económico - Financeiro da Empresa ..	37
FIGURA V – Pilares do trabalho científico	56

ÍNDICE DAS TABELAS

TABELA 1 - Diferenças da empresa moderna da tradicional.	11
TABELA II - Pontos fortes e pontos fracos das PME's.....	14
TABELA III – Períodos evolutivos da contabilidade	30
TABELA IV – Formato do anexo	50
TABELA V – Analise SWOT da área financeira.....	65
TABELA VI – Analise económica – financeira da empresa.....	66
TABELA VII – Variação das rubricas da demonstração de resultados	70
TABELA VIII – Objectivos estratégicos da perspectiva financeira	78
TABELA IX - Objectivos estratégicos da perspectiva dos processos internos.....	78
TABELA X - Objectivos estratégicos da perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento da empresa.....	79
TABELA XI – Indicadores da perspectiva Financeira.....	79
TABELA XII - Indicadores da perspectiva dos Processos Internos	80
TABELA XIII - Indicadores da perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento da empresa.....	80

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

GRAFICO I - Variação nas empresas de cabo verde	17
GRAFICO II – N° de empresas em São Vicente	18
GRAFICO III – Mercado empresarial de São Vicente.....	19
GRAFICO IV – Contabilidade nas empresas de Cabo Verde.....	46
GRAFICO V – Peso do F.S.E sobre as Receitas.....	72
GRAFICO VI – Rácio da autonomia financeira	72
GRAFICO VII – Rácio da solvabilidade	73
GRAFICO VIII – Rácio da rendibilidade dos capitais próprios	74
GRAFICO IX – Rácio da rendibilidade das vendas.....	75
GRAFICO X – Rácio da liquidez geral.....	75
GRAFICO XI – Tesouraria liquida	76

LISTA DE ABREVIATURAS

PME – Pequenas e Médias empresas.

GE – Grandes Empresas.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

SNCRF - Sistema de Normalização Contabilístico e Relato Financeiro.

OMC – Organização Mundial de comércio.

PNC – Plano Nacional de Contabilidade.

POC – Plano Oficial de Contas de Portugal.

CNNC – Comissão Nacional de Normalização Contabilística.

IASB – “*International Accounting Standards Board*”

NCRF-PE – Norma Contabilística para as Pequenas Empresas

IFRS – “*International Financial Reporting Standards*”

BO – Boletim Oficial.

SI – Sistema de Informação.

PNLP – Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza.

ADEI - Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação.

OCDE - Organização para a Cooperação Económica Europeia.

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants, Inc.

Capítulo I - Introdução

1.1. Contextualização do tema

Em um mercado com constantes mudanças e extremamente competitivo, existe a necessidade de garantir a sobrevivência das empresas. Neste respectivo mercado os gestores necessitam de informações atempadas que permitam auxiliar na tomada de medidas fundamentais para fazer face a concorrência, aumentar os resultados e lançar novos produtos no mercado a preços competitivos. Isto implica que todos os aspectos da gestão das empresas estejam devidamente organizados, programados e controlados com vista a facultar as informações em tempo oportuno. É neste sentido que a contabilidade surge como suporte instrumental para a obtenção e tratamento da informação que servirá de base a formulação de opções estratégicas para o melhor posicionamento da empresa no mercado.

A crescente competitividade do mercado em expansão impõe novos desafios e acarreta riscos e incertezas ao ambiente de negócio. A contabilidade disponibiliza um conjunto de instrumentos para acompanhamento e controlo do processo de gestão de modo a assegurar a racionalidade na utilização dos recursos e melhor adaptação da empresa as exigências do meio. Porquanto a contabilidade permite planificar o futuro no sentido de alcançar metas mais audaciosas para aumento de produtividade, inovação tecnológica e excelência de seus produtos, aproveitando as oportunidades que surgem no mesmo ambiente. Pois na era da informação a contabilidade recolhe, processa, dissemina a informação facilitando o desenvolvimento do capital intelectual e de relacionamento nas empresas.

A contabilidade dedica-se ao registo das transacções financeiras, ao processamento das informações contabilísticas, preparação das demonstrações financeiras para prestação de contas, bem como fiscalização dos sistemas e registos financeiros de uma empresa/organização visando veracidade das informações. Assim, na actualidade a contabilidade é concebida como um sistema de informação, que para além do diagnóstico e divulgação da informação, é também responsável pelo prognóstico da organização visando alcançar os resultados a longo prazo. Nesta perspectiva Larry Long (1994) considera que a contabilidade como:

“Um sistema de informação para a gestão, que estrutura, integra a base de dados e o fluxo de informação, e que optimiza a recolha, transferência e apresentação da informação através dos diferentes níveis de uma organização.”

Porém, ainda hoje a contabilidade é tratada numa óptica operacional, fechada e bastante limitativa por algumas empresas que não utilizam todo o suporte contabilístico para a tomada de decisões internas e externas.

Na perspectiva de Maria Lopes (1997), diz:

“A nível puramente operacional temos sistema de processamento que recolhem, elaboram, transmitem e conservam informações de controlo das actividades correntes.”

A contabilidade actual tem-se transformado em um instrumento de auxílio na gerência das empresas na tomada de decisão e não só, visto que orienta as empresas na determinação das vantagens competitivas.

É neste âmbito, que se pretende retratar no referido trabalho o papel importante que a contabilidade tem na gestão estratégica de uma Pequena e Media Empresa destacando como a mesma pode ser utilizada como instrumento na gestão e auxilio na tomada de

decisão a médio e longo prazo. Isto poderá eventualmente ajudar uma empresa na sua evolução no mercado, como na sua interligação com seus respectivos stakeholders e entre os demais intervenientes do seu mercado de actuação.

Portanto o estudo versa o tema **“A importância da contabilidade na gestão estratégica duma PME de São Vicente”**, com a finalidade de demonstrar como a contabilidade poderá auxiliar na resolução dos problemas enfrentadas pelas PME’s, no mercado onde estão inseridas.

1.2. Situação Problemática

A contabilidade, na qualidade de metodologia foi especialmente concebida para captar, registar, acumular, resumir e interpretar os fenómenos que afectam as situações patrimoniais, financeiras e económicas de qualquer entidade. O seu campo de actuação é vasto, podendo ser aplicada em entidades com e sem finalidades lucrativas, de diferentes dimensões e estruturas, que tenham necessidade de exercer actividades económicas para cumprir com seu objectivo social.

António Borges (2005), relata que:

“Apresentar hoje a contabilidade como uma técnica de registo dos factos patrimoniais passados, é limitar o seu campo de análise e consequentemente deixar de lhe atribuir uma característica importante: a de constituir um meio eficiente de gestão.”

Deste modo, a problemática a volta da questão do papel da contabilidade na gestão das empresas, não é restrita da PME’s, pois independentemente da dimensão, esta é fundamental para analisar a situação patrimonial, económica e financeira, as suas variações e melhorar a adequação das estratégias ao ambiente. Contudo, nas PME’s o

problema é mais acentuado, pois muitas empresas desta categoria simplesmente não organizam o seu sistema contabilístico.

Pode-se aferir que o papel de diagnóstico da situação patrimonial, económica e financeira foi substituído pelo de prognóstico, perspectivando uma gestão proactiva das organizações. Em cabo verde esta nova postura está retratada no novo SNCRF aprovado pela portaria nº 49/2008, em substituição do PNC aprovado pelo decreto-lei nº 4/84, de 30 de Janeiro. Este novo sistema vem modernizar o sistema contabilístico dando maior realce as informações contabilísticas no processo de tomada de decisões e na definição da visão futura da empresa. Enquanto nas grandes organizações o sistema foi adoptado, incorporado no processo de tratamento da informação e na tomada de decisão, nas PME's a implementação tem sido mais lenta.

Outrossim, são poucas as PME's nacionais que reconhecem a utilidade do suporte informacional da contabilidade no processo de gestão estratégica das mesmas. Segundo dados do INE¹, do recenseamento empresarial de 2011, das 8.957 empresas existentes, somente 3.197, representando 35,69%, possuem contabilidade organizada, é dizer que 64,41% das empresas nacionais tomam decisões com bases empíricas, sem qualquer sustentação da informação contabilística.

Diante deste cenário pode-se afirmar que os gestores tomam decisões com bases empíricas, de acordo com a sua intuição, dificultando a adequação das decisões empresariais ao ambiente competitivo de negócio. O desconhecimento ou desinformação no que tange aos modelos de gestão com bases contabilísticas cria insegurança no processo decisório, e tornam as empresas extremamente vulneráveis aos riscos e as incertezas do mercado.

¹ INE – Instituto nacional de Estatística

A contabilidade, enquanto instrumento de gestão, permite suprir as necessidades de informação, por meio da interpretação das demonstrações financeiras. Numa visão evolutiva facilita a formulação do plano estratégico, a missão da empresa, de modo a aproveitar as oportunidades para inovação e sustentabilidade do negócio.

É nesta óptica que se coloca a seguinte pergunta de partida: “Qual a importância das informações contabilísticas na gestão estratégica das PMES em São Vicente?”

1.3. Objectivos do Estudo

Objectivo geral:

Demonstrar a importância da contabilidade na gestão estratégica de uma Pequena e Media Empresa.

Objectivos Específicos:

- Realizar a revisão bibliográfica dos temas a serem discutidos;
- Analisar o sistema de Contabilidade da empresa Sorbogas e a sua relação com gestão da mesma;
- Analisar a utilização das informações contabilísticas no processo de tomada de decisões da empresa Sorbogas;
- Propor indicadores que garantam maior confiabilidade na gestão estratégica da PME em estudo.

1.4. Justificativa

Este trabalho concentra-se em pesquisar como a contabilidade utilizada na sua plenitude, tem um papel importante na tomada de decisão das empresas. Tendo em vista que o mundo globalizado, exige-se as empresas cada vez mais rapidez nas decisões e um gestor da actualidade precisa ser alimentado por todos os tipos de informações que lhe ajudem a optar sempre pela melhor alternativa na hora de tomar decisões.

Nesse estudo tenta-se evidenciar como a contabilidade pode ser usada não somente como um instrumento de colecta e registo dos factos financeiros e patrimoniais, colocando a ideia da contabilidade tradicional de parte, mostrando que a contabilidade possibilita aos gestores das Pequenas e Medias Empresas um instrumento de auxílio ao perante mercado competitivo da actualidade. Considerando a contabilidade como um dos principais instrumentos bases que um gestor possui. Relatando também do ponto vista teórico as novidades deste trabalho prende-se com o facto de analisar o papel da contabilidade na PME's nacionais, especificamente na ilha de São Vicente, contribuindo para o aumento do conhecimento nesta matéria.

Do ponto de vista prática espera contribuir com um conjunto de procedimentos e medidas que facilitem a adopção da contabilidade para tomada de decisões estratégicas nas PME's, e no caso particular da empresa.

1.5. Estrutura do trabalho

O presente trabalho está dividido por 8 capítulos: introdução, fundamentação teórica, metodologia, estudo de caso e conclusão e recomendações.

No primeiro capítulo, retrata contextualização, breve síntese do trabalho em si, continuando com a exposição da contextualização do tema, da necessidade da realização do trabalho, a definição.

De seguida temos o segundo capítulo, Fundamentação Teórica do trabalho, que tem por objectivo, a exploração teórica, procurando assimilações das ideias com autores renomados, expondo o conteúdo do que o trabalho vai incidir.

No terceiro capítulo, Metodologia, explica a forma de como os dados serão pesquisados, levantados, e tratados.

No quarto capítulo, fala-se do estudo de caso numa pequena e media empresa da ilha de São Vicente, aplicando análises a documentos cedidos pela empresa objecto do estudo de caso e aplicando rácios para medir o estado económico – financeiro da mesma.

Já o último capítulo é constituído pelas considerações finais e recomendações a mesma empresa objecto de estudo de caso acerca da pesquisa realizada, bem como recomendações. Por fim, são apresentadas as referências e os anexos utilizados na elaboração da pesquisa.

Capítulo II – Fundamentação Teórica

2.1. Pequenas e Médias Empresas

Segundo Kinlaw (1998), a empresa é a força contemporânea mais poderosa de que se dispõe para estabelecer o curso dos eventos da humanidade. Ela transcende as fronteiras e os limites do nacionalismo, exercendo influência predominante nas decisões políticas e sociais.

Acrescenta-se ainda que as empresas são sistemas abertos complexos e diversificados, apresentando características que permitem estratificá-las em diferentes grupo: quanto a dimensão, quanto a localização geográfica, quanto a natureza das suas actividades e quanto a propriedade dos seus meios de produção, entre outros.

2.1.1. Conceito das Empresas:

Para Carvalho (2011) as empresas compreendem

“Conjunto de actividades humanas, colectivas e organizadas, regidas por um centro regulador, com a finalidade de adaptar constantemente os meios disponíveis aos objectivos predeterminados, tendo em vista a produção/comercialização de bens/serviços.”

Neste sentido as empresas são consideradas unidades económico-sociais, integradas por elementos humanos, materiais e técnicos, que tem o objectivo a maximização do lucro através da sua participação no mercado de bens e/ou serviços. Milton Friedman (1963), defende que “ existe uma e apenas uma responsabilidade social das empresas - usar os seus recursos e aplica-los em actividades projectadas para aumentar seus lucros...”

Cassarro (1999) reforça a perspectiva, ao considerar como principal finalidade o lucro, pois afirma que, uma empresa é uma entidade jurídica que tem como obrigação

apresentar lucro, e este deve ser suficiente para permitir sua expansão e o atendimento das necessidades sociais.”

Realçando o tipo de actividade que as empresas podem desenvolver Franco (1991), define empresa como uma entidade constituída sob qualquer forma jurídica para exploração de uma actividade económica, seja mercantil, industrial, agrícola ou de prestação de serviços.”

Contudo, a partir dos anos 50, as alterações ocorridas no meio ambiente impõem novos desafios as empresas, e ditam a necessidade de conceitos mais abrangentes das mesma.

Neste âmbito, Lawrence e Lorsch (1972) apud Chiavenato (2001), define a empresa enquanto organização como “a coordenação de diferentes actividades de contribuintes individuais com a finalidade de efectuar transações planeadas com o ambiente.”

Desde de então a rapidez das mudanças e os desafios da globalização convergem em novas imposições de formas de adaptação ao meio.

Neste âmbito apud Chiavenato (2001), afirma “que as organizações bem-sucedidas actualmente são as organizações que aprendem através dos seus membros.”

Assim, Teixeira (2005) afirma que:

“A empresa é influenciada pelas forças do ambiente que a rodeia (sociedade em geral, accionistas, concorrência, etc.), mas afecta também esse mesmo ambiente (força laboral, os clientes, entre outros).”

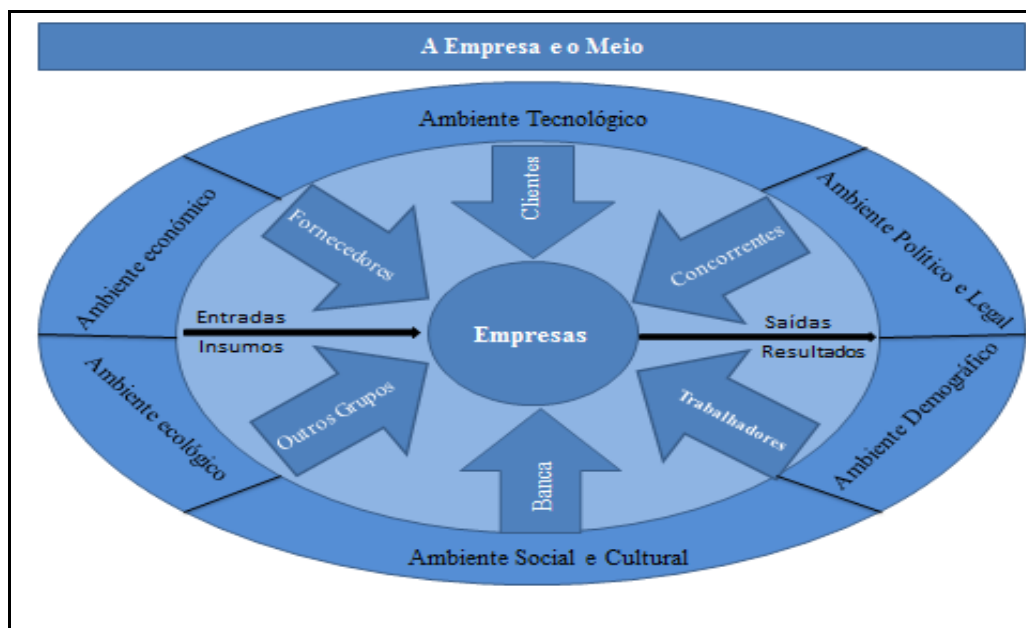


Figura 1 - A empresa e o Meio. Elaboração Própria

A figura sintetiza o funcionamento da empresa inserida num meio, onde suas acções administrativas são contingentes as situações que ocorrem no mercado. Efectivamente, não somente os accionistas necessitam da informação económico-financeira da empresa, mas também todos os outros intervenientes que influenciam e dependem das suas actividades (clientes, fornecedores, gestores, instituições financeiras, governo, trabalhadores, entre outros). Para além de capacidade de satisfazer as necessidades dos consumidores e de garantir a o pagamento de dividendo aos accionistas a empresa necessita criar excedentes para cumprir as suas obrigações perante todos os outros stakeholders e garantir a sua evolução e sustentação no mercado. Esta visão enquadra-se na perspectiva contabilística que pretende-se desenvolver neste trabalho, visto que a contabilidade tem como principal finalidade fornecer informações financeiras para todos os stakeholders.

Assim, Peter Drucker (1997) defende que

“o conhecimento é a base onde a organização/empresa deveria ser especializada e as funções definidas pela tarefa para tornar conhecimento em Know - How produtivo. A função das organizações é tornar produtivos os conhecimentos, e quanto mais especializados forem, mais eficazes serão.”

Tendo sido apresentada as diferentes visões, respeitantes ao conceito de empresas, pode-se assimilar estas características peculiares de uma empresa tradicional de uma empresa moderna.

Empresa tradicional	Empresa Moderna
Frequentemente o empresário individual utiliza livremente os seus bens;	Partilha de um património entre os detentores do capital e do poder dos gestores;
Prevalência das finalidades económicas;	Pluralidade de objectivos;
Cálculo económico;	Decisões estratégicas;
Manutenção do Status-Quo;	Valorização da informação e Inovação;
Quando existirem accionistas, estes fornecem o capital e exercem-no;	Aceita a existência de interesses contraditórios cuja conciliação se impõe: Empresa – lucro/ investimento; Trabalhadores – salários/participação; Accionistas – dividendos/valorização do capital; Estado – receitas fiscais/políticas económico-sociais; Consumidores – menores preços/melhor qualidade;

Poder através dos seus votos;	Progresso económico, técnico e social;
Progresso Económico.	

Tabela 1 - Diferenças da Empresa Moderna da Tradicional. Fonte: Manuela Leandro (2002)

2.1.2. Conceito das Pequenas e Médias Empresas

Relativamente a dimensão da empresa, apoiando-se em diferentes indicadores podem ser classificadas de micro, pequenas, médias e grandes. Nesta tese pretende-se incidir a análise sobre as PME's.

As PME's são organizações que se dedicam a actividades de diversas naturezas e que combinam o capital, trabalho e meios produtivos para obter um bem/serviço que se destina a satisfazer necessidades em um determinado sector e ou em um mercado de consumidores.

A classificação das PME's não é unânime, pois varia de acordo dimensão do país, com finalidade, com a participação efectiva das mesmas no mercado, podendo ser classificadas quanto:

1. Número de Trabalhadores;
2. Volume de Negócio:
3. Valor do Capital Social
4. Valor dos Activos;

De acordo com o (Regulamento da Comunidade Europeia nº.70/2001) “ Quando a classificação é feita com base no volume de negócio são consideradas as Pequenas Empresas aquelas que tem um volume de negócio inferior a 7 milhões de euros ou um

balanço anual que não ultrapassem 5 milhões de euro. E as Médias Empresas o volume de negócio deve ser inferior a 40 milhões de euros ou o seu balanço anual inferior a 27 milhões de euros”.

Já a legislação Cabo-verdiana reconhece no seu (Decreto-Lei nº40/90 de 6 de Junho) que as PME's são “todas aquelas que reúnem as seguintes características: possuir mais de 5 trabalhadores e menos de que 50 trabalhando de forma permanente; as receitas anuais não ultrapassem duzentos milhões de escudos; o seu capital social seja detido em mais de 75% por investidores de nacionalidade Cabo-verdiana; não detenha participações financeiras noutras empresas que não sejam PME's nacionais”.

Para Vargas e Cerna (2007), as PME's podem ser ainda classificadas como empresas de subsistência e de acumulação. As PMES de subsistência se caracterizam por não ter capacidade de acumulação e por serem instáveis, por terem equipamentos de trabalho simples e combinar actividades empresariais com as domésticas, o proprietário compartilha o trabalho com os operários. A sua capacidade de satisfação de mercado é bastante reduzida devido ao baixo poder aquisitivo o que limita o seu poder capitalização e crescimento. Contudo PME's de acumulação realizam a sua actividade produtora com excedente, o que permite adequar os equipamentos e recursos as demandas do mercado. Pois competem em mercado interno com um grau de qualidade aceitável, design e funcionalidade satisfazendo nichos de mercado insatisfeitos com a prestação das grandes empresas, são assim mais dinâmicas com capacidade de se modernizarem e acompanhar as alterações do mercado.

Devido a sua estrutura possuem algumas vantagens que se destacam como capacidade de aproveitar os seus recursos humanos, a possibilidade de concentração dos produtos para que se tenha a maximização da competitividade de acordo com tendências da demanda do mercado, facilidade de adaptação as mudanças e as oportunidades do

mercado, entre outros. Em função disso, elas passaram a ser vistas como peças importantes na geração de empregos e melhorar a distribuição da renda, para serem consideradas instrumentos do próprio desenvolvimento nacional de um país.

Em síntese apresenta-se no quadro abaixo as principais características das PME's, evidenciando os seus pontos fortes e fracos:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Agilidade nas acções e na tomada de decisões; 	<ul style="list-style-type: none"> • Individualismo pelo medo da concorrência;
<ul style="list-style-type: none"> • Informações internas circulam com mais facilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de comunicação com o meio ambiente;
<ul style="list-style-type: none"> • Funcionários estão mais próximos dos clientes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Visão distorcida dos recursos humanos; • Pouco profissionalismo no atendimento aos clientes;
<ul style="list-style-type: none"> • Melhor entendimento da organização pelos funcionários; 	<ul style="list-style-type: none"> • Empregos menos favoráveis, para os trabalhadores;
<ul style="list-style-type: none"> • Mão-de-obra com utilização otimizada; 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de pessoal qualificado para tarefas específicas e sobrecarga de trabalho;
<ul style="list-style-type: none"> • Funcionários mais generalistas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Poucos investimentos em formações;
<ul style="list-style-type: none"> • Adaptabilidade maior em relação às mudanças de mercado; 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo poder de negociação em relação à contratação de empréstimos;
<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidade de adaptação ao mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de produção limitada; • Produção em baixa escala.

Tabela II – Pontos Fortes e Pontos Fracos das PME's. Elaboração própria

Realçando as características das PMES observa-se que os países da Organização para a Cooperação Económica Europeia (OCDE), assumam ter entre 70% á 90% dos empregados a trabalhar nas pequenas e médias empresas, pelas seguintes razões:

- ✓ Fornecem produtos individualizados, em contraste com as grandes empresas, que se concentram em produtos mais standardizados.
- ✓ Servem de tecido auxiliar às grandes empresas. A maior parte das grandes empresas recorrem a empresas subcontractadas de menor dimensão para realizar serviços ou operações que caso fossem feitas internamente resultariam em custos maiores.
- ✓ Existem actividades produtivas onde é mais apropriado trabalhar com empresas pequenas, como por exemplo o caso das cooperativas agrícolas.

As maiores dificuldades encontradas nas PMES situam-se no ambiente de negócio, designadamente, nas áreas de financiamento, dos impostos e da regulamentação, comparativamente as grandes empresas. Assim para combater essa adversidade a PME's deverão apostar na contabilidade como um sistema de recolha, tratamento, mas acima de tudo fornecimento de informações actualizadas sobre o negócio e posição das mesmas no mercado.

No presente trabalho o autor considera uma PME, aquela que tem entre 5 trabalhadores e menos de 50 trabalhadores, que seja dinâmico no mercado competitivo, ágil nas suas acções e na tomada de decisões. Enfatiza-se que os colaboradores conheçam melhor os objectivos da empresa e desenvolvem competências para garantir crescimento e competitividade.

2.1.3. Impacto das PME's no desenvolvimento Económico – Social no País

As Pequenas e Médias Empresas (PME's) desempenham um papel fundamental na economia de qualquer país. A promoção de criação das PME's tem sido uma das estratégias relevantes de dinamização da economia, promoção social e integração de regiões e nações. Isto pela sua capacidade de gerar emprego, de inovação dos sectores chaves.

Em Cabo Verde são várias as acções de promoção de PME's, cita-se as da PNLP² na sua vertente de actividades geradores de rendimento (AGR), a ADEI³, nova concepção sectorial baseada em clusters e na promoção do empreendedorismo.

A esmagadora maioria das empresas cabo-verdianas são PMES, na medida em que estas representam cerca de 97,2 % do total das empresas activas.

Como pode-se verificar no gráfico a seguir, o papel PMES na geração de emprego é superior a contribuição das grandes empresas, principalmente nos sectores chaves da economia nacional, como é o sector dos serviços.

² PNLP – Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza - Programa do governo que tem objectivos: Reduzir a pobreza de forma durável e sustentada; Combater a pobreza no quadro descentralizado; Promover a participação e a coordenação de esforços; Criar as parcerias locais.

³ ADEI - Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação - é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Tem por objectivo a promoção da competitividade e o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas.

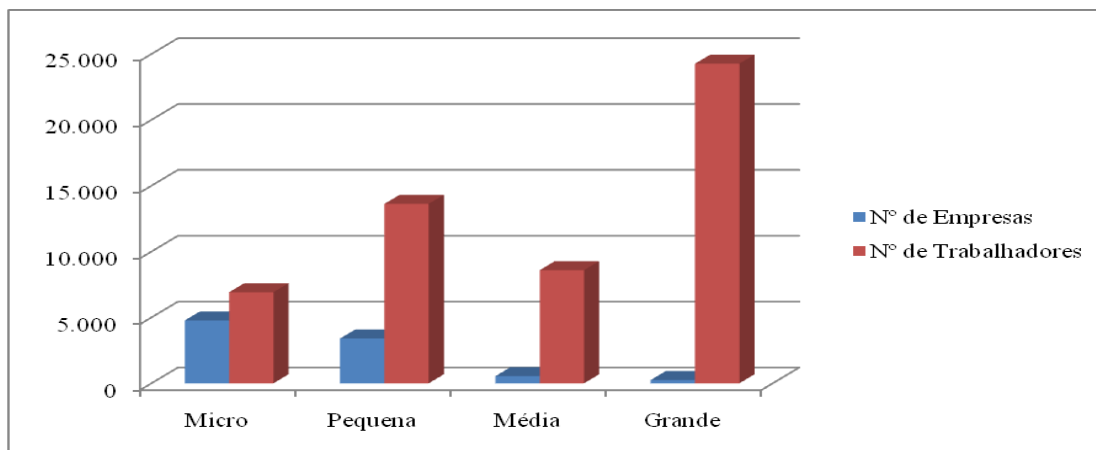


Gráfico I – Variação nas Empresas de Cabo Verde Elaborado segundos dados fornecidos pela: INE - IAE 2011

Constata-se que as PME's empregam a maior quantidade de trabalhadores, representando 54,6% no global dos trabalhadores. Este resultado traduz a importância das PME's na geração de emprego e na estabilidade social do país. Dos mais de 54 000 trabalhadores existentes, aproximadamente 30 000 trabalhadores são efectivos das PME's.

Na ilha de São Vicente, não contrariando a tendência da análise acima, importância deste tipo de empresa é significativa, gerando postos trabalhos, dinamizando o mercado, com a introdução de novos produtos, conferindo flexibilidade ao mercado em termos de inovações, complementando as grandes empresas na satisfação das necessidades dos consumidores.

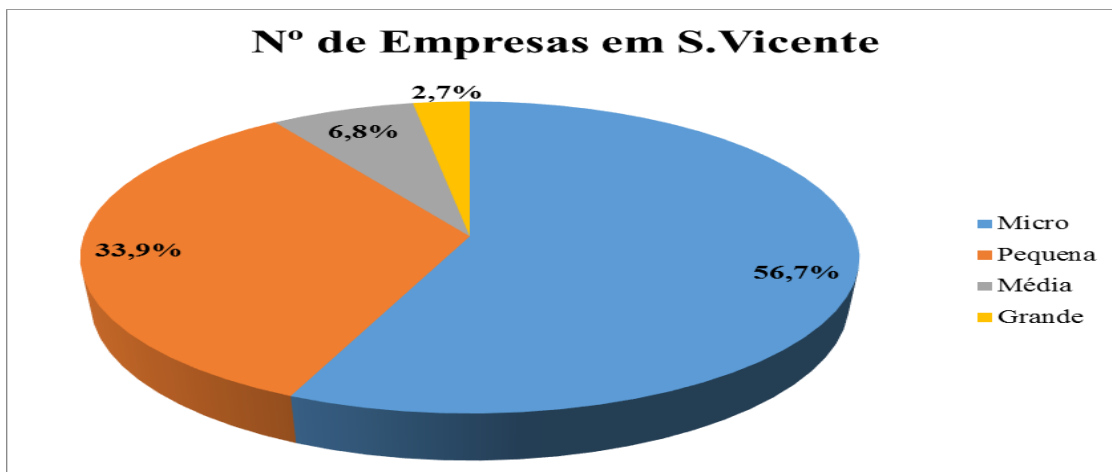


Gráfico II – Nº de Empresas em São Vicente. Elaborado segundos dados fornecidos pela: INE - IAE 2011

O município possui uma percentagem de 19,19% do total das empresas existentes em Cabo – Verde, obtendo a classificação de segunda ilha, em termos de quantidade de empresas activas. Nesse todo as PME's destacam-se com uma percentagem de 97,3%.

As PME's da ilha são responsáveis pela criação de cerca de 5534 postos de trabalho e pelo volume de negócio de 10. 416.707 Contos (dez milhões, quatrocentos e dezasseis mil e setecentos e sete contos), conforme se pode comprovar pelo gráfico abaixo apresentado. É premente afirmar que elas dinamizam o mercado da ilha, satisfazendo os nichos do mercado que as grandes empresas não conseguem, pois devido as suas dimensões são mais flexíveis, e conseguem satisfazer os consumidores finais e outras empresas e organizações e os demais intervenientes no seu ramo de negócio, através de parcerias.

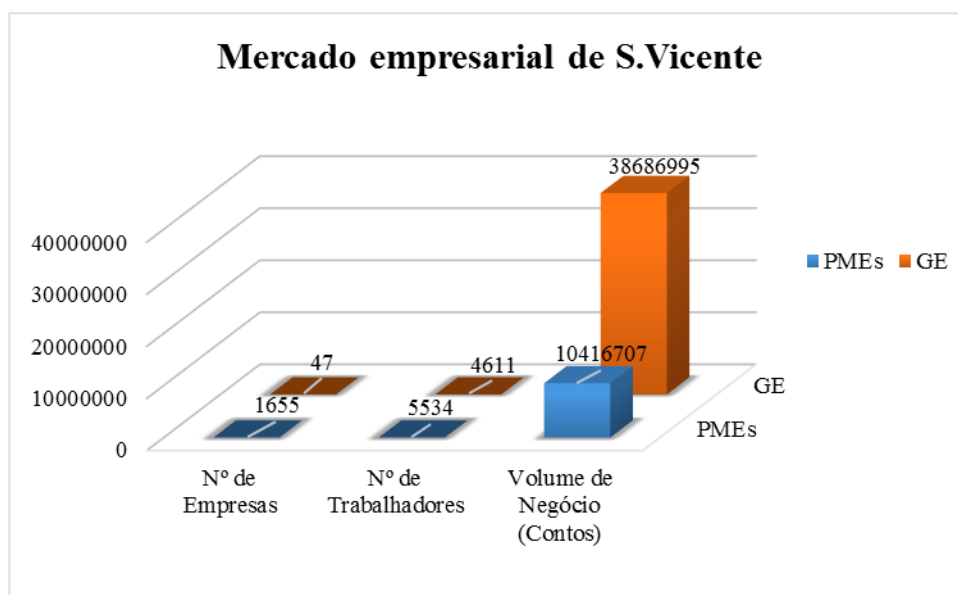


Gráfico III – Mercado Empresarial de São Vicente. Elaborado segundos dados fornecidos pela: INE - IAE 2011

Assim para continuar com este ritmo criação e crescimento são necessárias acções estratégicas, qualificando e estruturando-as de maneira a aumentar suas oportunidades de sobrevivência nos seus primeiros anos de existência. Acções, essas que promovem nas PME's uma postura empreendedora/inovadora, com base em conhecimento e técnicas enquadradas num modelo de gestão adequado ao desenvolvimento negócio próprio e obtenção sucesso.

É necessária uma aposta na terciarização dos serviços burocráticos da administração pública e do sector privada com a finalidade de redução de custo e a melhoria da qualidade.

Sabendo que a terciarização, segundo Ramos (2001) diz:

“Terciarização é um método de gestão em que uma pessoa jurídica pública ou privada transfere, a partir de uma relação marcada por mútua colaboração, a prestação de serviços ou fornecimento de bens a terceiros estranhos aos seus quadros.”

A Deloitte (2003) identifica três questões como as mais importantes, a ter em conta num processo de tomada de decisão de uma organização aquando da adopção da terciarização:

- O que colocar em terciarização, tendo presente que a decisão pode determinar a vantagem competitiva da organização;
- Considerando que a decisão de terciarização envolve duas cadeiras de valor (do cliente o do fornecedor), determinar quem fornece os elementos da cadeia de valor que a organização necessita para obter o melhor desempenho e responder as suas necessidades;
- Como estruturar a relação da terciarização considerando como e quão rápido é a evolução do mercado onde a organização se insere.

O papel inovador das PME's num sistema terceirizado será crítico se não for acompanhado de um sistema de gestão estratégica, onde a contabilidade funciona como um instrumento de fornecimento de informações actualizadas, garantindo a rapidez na prestação do serviço e a melhoria contínua dos processo com reflexos positivos na produtividade e competitividade de todos os envolvidos.

2.2. Gestão estratégica

Para falar da gestão estratégica deve-se conhecer um pouco do seu surgimento, precisa-se saber o que é a estratégia, um pouco sobre o seu surgimento. Alguns estudos revelam que ela teve sua origem na antiguidade, através do general chinês SunTzu, com a publicação da sua «arte da guerra», a qual se baseia essencialmente na apresentação e divulgação de estratégias militares.

No século XVIII, o mundo conhece um dos maiores estrategas de todos os tempos, o general francês Napoleão Bonaparte, que desenvolveu todo o seu pensamento inspirando-se na obra de SunTzu.

Mas é a partir da década de 50, após a Segunda Guerra Mundial, que o conceito de planeamento estratégico chega ao mundo dos negócios e às principais universidades americanas, desenvolvendo-se, então, o primeiro modelo de análise de forças e fraquezas, ameaças e oportunidades, ou seja, SWOT.

Hofer & Schendel (1978) afirma: *“Estratégia é o estabelecimento dos meios fundamentais para atingir os objectivos, sujeito a um conjunto de restrições do meio envolvente”*

Mintzberg (1988), refere-se a estratégia como *“uma força mediadora entre a organização e o seu meio envolvente: um padrão no processo de tomada de decisões organizacionais para fazer face ao meio envolvente.”*

Michel (1990) defende que a estratégia *“como a decisão sobre quais recursos devem ser adquiridos e usados para que se possam tirar proveito das oportunidades e minimizar factores que ameaçam a consecução dos resultados desejados”*.

Hamel (1995), diz *“que a estratégia é o processo de construção do futuro, aproveitando competências fundamentais da empresa.”*

Conclui-se com Oliveira (2007) “*A finalidade das estratégias é estabelecer quais serão os caminhos, os cursos, os programas e ação que devem ser seguidos para serem alcançados os objetivos, metas e desafios estabelecidos.*”

2.2.1. Noção de Gestão Estratégica

Com o crescimento da concorrência, aparecimento de novas tecnologias e consequentemente de um mercado mais competitivo, ter uma gestão estratégica implantada no centro de uma empresa, torna-se uma ferramenta fundamental. Pois se deseja proceder de forma mais concisa e ágil, coordenando as actividades e recursos disponíveis (Humanos, materiais, tecnológicos e financeiro) para atingir os objectivos estabelecidos.

Assim a gestão estratégica, hoje é um dos principais desafios dos gestores em todas as organizações. Todo gestor que realmente deseja tornar-se um executivo de sucesso, é preciso começar a entender melhor como funciona a gestão estratégica, especialmente para o desenvolvimento das empresas de pequeno porte.

Para Cardoso (1997), a gestão estratégica envolve a formulação da estratégia que abrange: a identificação da missão, a análise do ambiente com finalidade de conhecer ameaças e oportunidade, diagnostico interno que evidencia os pontos fortes e fracos da empresa, a escolha de estratégia permitindo atingir os objectivos, a implementação e controlo da estratégia, abarca ainda a execução e controlo da estratégia que implica adequar a estrutura organizativa ao meio ambiente, liderar e motivar as pessoas.

Assim a gestão estratégica aparece como um processo de desenvolvimento e execução de uma série de acções competitivas para ampliar o sucesso da organização, tanto no presente como no futuro. Com movimentos competitivos que resultam em demandas do

ambiente externo no qual a empresa opera, bem como das competências e capacidades internas desenvolvidas ou que pode-se razoavelmente esperar construir ou adquirir. Embora os gestores possam adoptar práticas de gestão estratégica um pouco diferentes, um bom processo deve incluir uma análise da situação actual dos negócios, a formulação de objectivos e estratégias com base nessa análise e um processo de implementação e de avaliação que assegure o desenvolvimento de cada estratégia, objectivos e competitividade.

Numa perspectiva organizacional, Chiavenato e Sapiro (2004), consideram que a estratégia está relacionada com o comportamento sistémico holístico e pouco com o comportamento de cada uma das partes, ou seja, ela envolve a organização no seu todo.

Uma empresa que dispõe de uma boa gestão estratégica, esta apta para imensa competitividade existente num mercado, mas também deve estar ciente de alguns componentes essenciais como, a qualidade, produtividade e inovação, para que se garanta a sua sobrevivência, crescimento e diferenciação competitiva.

Para a enunciação de uma estratégia, é necessário primeiro uma análise, em definir uma visão da estratégia onde são definidos a missão, os objectivos e a estratégia da empresa.

Nos modelos de formulação de estratégias que existem, Chievenato (2001), assinala os seguintes: Analise SWOT, BCG (modelo *Boston Consulting Group*) e o modelo de cinco forças de Porter.

O modelo de SWOT relaciona os pontos fortes (strengths) e fracos (weaknesses) da empresa com as oportunidades (opportunities) e ameaças (threats) do meio envolvente em torno de uma matriz, esse relacionamento das ameaças e oportunidades com os pontos fortes e fracos de uma empresa auxiliará a gerar as diferentes estratégias para

alcançar os objectivos, assim é fundamental dar muita atenção à análise da empresa no seu meio envolvente.

Segundo Chiavenato (2001), o modelo BCG, foi elaborado por Bruce Henderson, de forma a tender os seus clientes corporativos, partindo do princípio, de que as organizações necessitam de um portfólio de produtos com uma taxa de crescimento e participações nos diferentes mercados. Nesta óptica a empresa é considerada um investidor com vários negócios diferentes que tenta equilibrar a rentabilidade e o risco dos negócios em diferentes estágios de desenvolvimento.

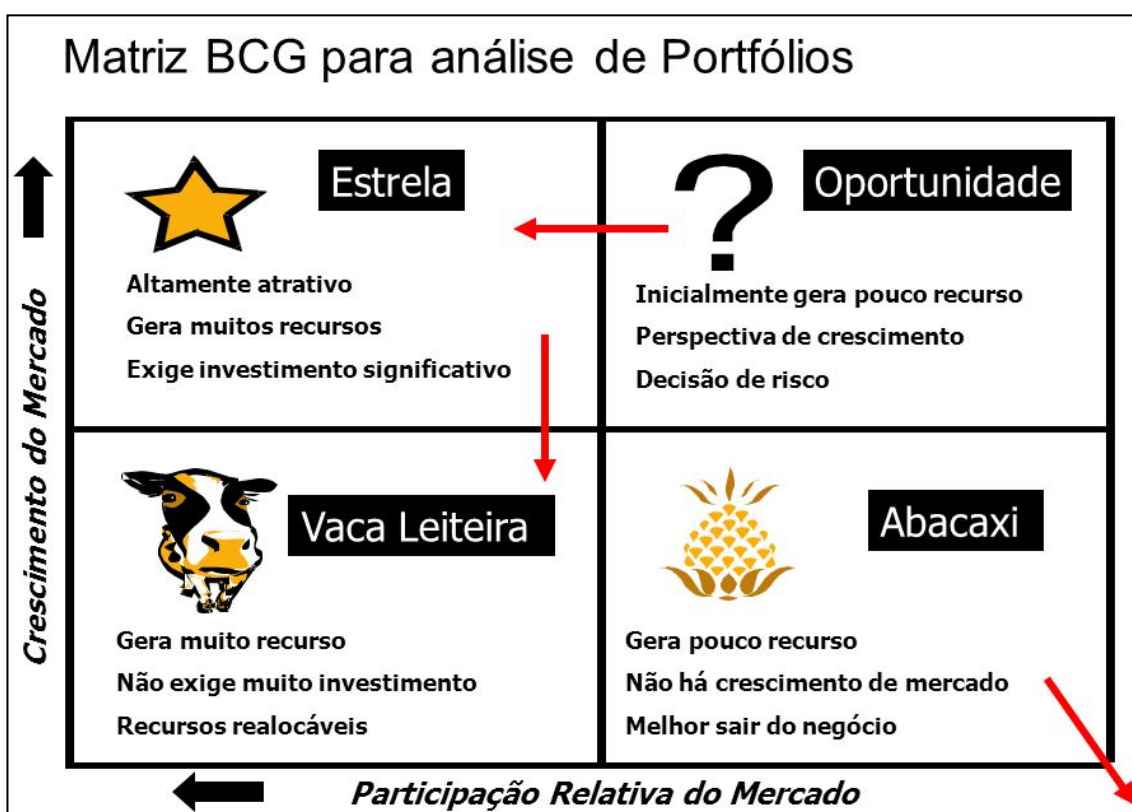


Figura II – Matriz BCG

Michael Porter, no livro “Competitive Strategy: Techniques for analysing Industries and Competitors” criou um modelo de análise mercadológica, muito conhecida como as “Cinco Forças de Porter” que identificam as forças que atuam no mercado. São elas:

- Rivalidade entre os concorrentes

- Ameaça de entrada de novas empresas (entrantes)
- Ameaça de produtos e serviços substitutos
- Poder dos fornecedores
- Poder dos compradores (clientes)

Esse modelo de análise explica os fatores que influenciam o mercado e que afetam o comportamento de compra. Tem como principais objetivos entender o ambiente competitivo e identificar ações e estratégias futuras para se obter vantagem no mercado.

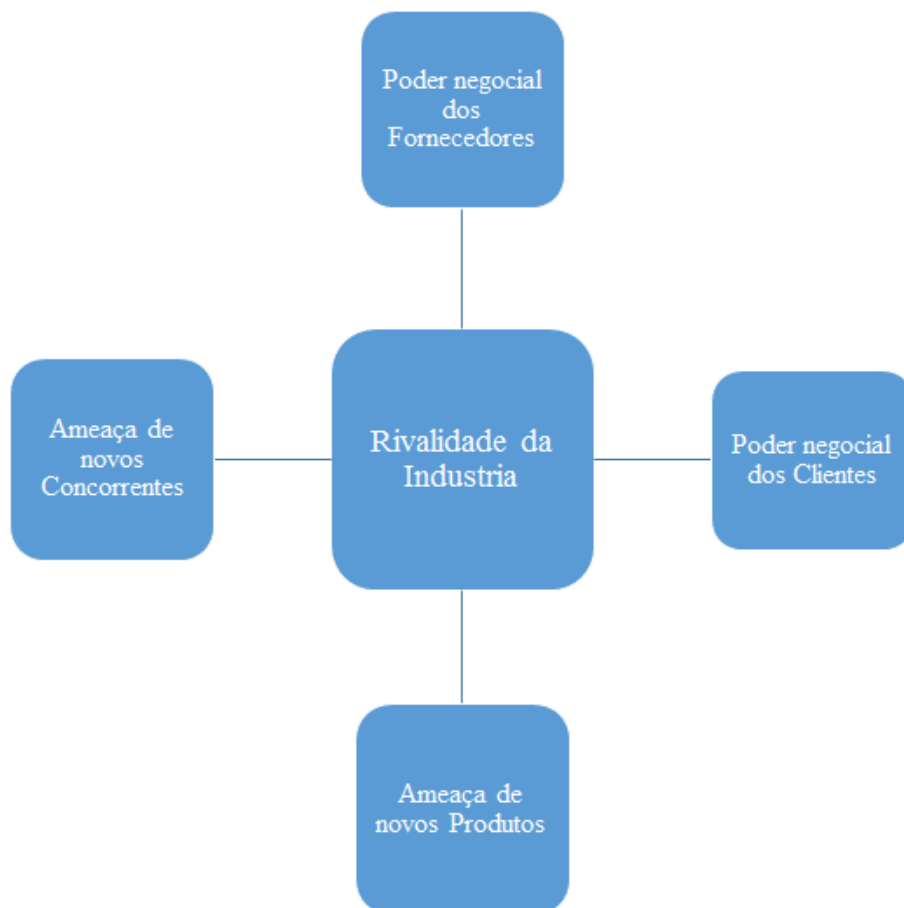


Figura III – Modelo 5 forças de Porter. Elaboração Própria.

Por isso, conclui-se que é de máxima importância para todo gestor em qualquer tipo de empresa, o conhecimento e aplicação da gestão estratégica contínua para que o seu

negócio tenha um desenvolvimento de forma monitorada no competitivo mercado que nos encontramos hoje.

2.2.2. Gestão Estratégica da Informação

Para Rezende (2001) "a formulação estratégica de qualquer negócio sempre é feita a partir das informações disponíveis, portanto, nenhuma estratégia pode ser melhor que a informação da qual é derivada"

Nesse sentido, observa-se que, quanto melhor for a gestão estratégica da informação, maiores serão as oportunidades da organização manter-se competitiva.

Santos (2000) afirma que "O tomar decisões necessita-se de informações relevantes, mas, antes de tudo, precisa de dispositivos de filtros, pois está exposto a uma massa infinita de informações irrelevantes, muitas delas, que ele mesmo solicitara".

As estratégias requerem informações tacticamente controladas, isto é, uma excelente estratégia sempre será subsidiada por informações.

Davenport e Prusak (1998) sugerem alguns motivos para pensar estrategicamente acerca da informação:

- Os ambientes informacionais, na maioria das empresas, são um desastre;
- Os recursos informacionais sempre podem ser mais bem alocados;
- As estratégias da informação ajudam as empresas a se adaptar às mudanças;
- As estratégias informacionais tornam a informação mais significativa.

A gestão estratégica da informação não é algo que possui uma linearidade; o ambiente informacional de qualquer organização sofre alterações promovidas pelas variações dos ambientes de negócios internos e externos.

O controlo desse ambiente do negócio pode gerar um número incomensurável de informações que, ao invés de contribuir para a definição das acções e construção da consciência, acabam prejudicando o processo, pois a informação, muitas vezes, não chega a ser utilizada. Para que isso não ocorra, é necessário conseguir definir os conteúdos informacionais que atendam de fato às necessidades na tomada de decisão.

Davenport e Prusak, (1998), atesta esta ideia dizendo: que embora tomar decisões tenha-se acesso a uma grande quantidade de informações, a maioria presta atenção a determinados tipos, como por exemplo, financeiras, operacionais e mercado lógicas; ou seja, a informação que de algum modo, esclareça melhor as incertezas estratégicas dos ambientes interno e externo à corporação. Isso não é uma regra: existem organizações que dão ênfase às informações dos clientes, dos concorrentes tradicionais e não - tradicionais, informações internas e, dependendo do ramo de actividade, definem sua estratégia de informação com informações de produtos gerados internamente, informações conseguidas junto aos fornecedores e parceiros, aperfeiçoamento da informação logística e informações dos próprios funcionários.

É importante a análise contínua do negócio para uma gestão estratégica da informação, como por exemplo: como está a posição da empresa no mercado e/ou como está a posição das rivais tradicionais e estreantes. Além disso, observar as forças externas que impulsionam a demanda de mercado, a própria estrutura e função da organização, as novas tendências regionais, nacionais ou mundiais, assim como as mudanças que a empresa precisa sofrer para obter êxito em sua actividade. O reconhecimento e

compreensão desses factores contribuem para o desenvolvimento das estratégias de informação consistentes, que apoiem o processo de tomada de decisão reduzindo a insegurança.

As organizações que melhor controlam as informações do ambiente interno e externo, certamente terão melhores condições de análise e identificação de ameaças e oportunidades de mercado.

2.3. A Contabilidade como Sistema de Informação

A Contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio de uma instituição, com o objectivo de fornecer informações significativas para o desenvolvimento das suas atividades e auxilio na tomada de decisões primordiais. Nesta secção faz-se uma abordagem pelo conceito de contabilidade, descrevendo a sua evolução, as abordagens, realçando o sistema contabilístico de Cabo Verde e finalmente expõe o papel da contabilidade como suporte de decisões nas PME's.

2.3.1. Evolução e Abordagens da Contabilidade

A fim de precisar o papel da contabilidade no sistema de informações e decisório das PME's aborda-se as principais fases evolutivas da contabilidade e as abordagens que suportam o expoliu teórico da mesma.

Segundo Pizzolato (2000) apud Fedato

“ A Contabilidade costuma ser chamada de linguagem da empresa. Trata-se de um sistema de coletar, sintetizar, interpretar e divulgar, em termos monetários, informações sobre uma organização. Como qualquer outro sistema de informação, a contabilidade passa por contínua evolução na busca de aperfeiçoamento de seus métodos e processos.”

A génese da contabilidade é explicada, segundo a maioria dos autores, pela necessidade sentida pelo homem de preencher as deficiências da memória, mediante um processo de classificação e registo que lhe permitisse recordar facilmente as variações sucessivas de

determinadas grandezas, para que em qualquer momento saber da sua extensão.
(Borges, Rodrigues e Rodrigues, 2007)

Pereira (1989) divide os períodos evolutivos da contabilidade em dois grandes períodos, sendo que o segundo período está subdividido em 3 fases:

I. Período empírico: dos primórdios até 1494 d.C.

II. Período científico: de 1494 até a presente data

a. Fase legalista: de 1494 aa 1920

b. Fase económica: de 1920 a 1950

c. Formalista: inicia-se em 1950

De forma sucinta apresenta-se as principais características de cada um dos períodos segundo o mesmo autor.

Período	Fases		Nome e Livros Notáveis	Características
	Designação	Limites		
Empírico	-	... A 1494	-	Registo simplista de dados
Científico	Legalista	1494 a 1920	Luca Pacioli (italiano) “Suma	Registo das operações como meio de prova e conhecimento da situação

			Aritmética...”	da empresa como garantia dos seus credores.
	Económica	1920 a 1950	E, Schmalenbach (alemão) “ O Balanço Dinâmico”	Conhecimento da realidade económica passada, presente e futura para a obtenção das informações indispensáveis a uma consciente tomada de decisões.
	Formalista	1950 a ...	R, Mattessich (canadiano) “accounting and Analytical Methods”	Elaboração dos princípios contabilísticos, formalizando as suas proposições, submetendo-se a tratamento logico e matemático, para obter informações com maior potencialidade explicativa e preditiva

Tabela III - Períodos Evolutivos da Contabilidade. Elaboração Própria

SÀ (1997) citando Melis enumere 4 principais períodos evolutivos da contabilidade, denominados de:

I. Mundo Antigo: dos primórdios da história até ao ano de 1202 d.C.

- II. Sistematização: de 1202, por causa da formação do processo das partidas dobradas, até ao ano de 1494
- III. Literatura: de 1494, com a publicação da obra de Luca Pacioli, até 1840
- IV. Científica: de 1840, com a obra de Francesco Villa, até os dias actuais

Do exposto pode-se deduzir que Efectivamente o marco importante na evolução da contabilidade foi a publicação da obra “*Suma de arithmética, geometria, proportioni et proportionaliita*” do italiano Luca Pacioli, onde se evidencia pela primeira vez, o princípio das “partidas dobradas”, que veio revolucionar a técnica contabilística.

Assim, SÀ (1997) apud de Buesa (2010) a escrituração contabilística nasceu antes mesmo que a escrita comum aparecesse, ou seja, o registo da riqueza antecedeu aos demais, como comprovam os estudos realizados sobre a questão, na antiga Suméria.

Os registos em pedras de argila comprovam a existência de balanço, inventários, registo de transação, ou seja, de uma certa sistematização na escrita. Tudo isto aponta para que o conceito de débito e crédito exista há mais 5000 anos. Com a invenção do papiro, os egípcios puderam desenvolver do ponto de vista material, os livros de escrituração e do ponto de vista estritamente conceptual, técnicas de controlo derivadas das circunstâncias de o património do estado se encontrar fortemente centralizado nos faraós. Existem indícios de controlo através dos intendentes enquanto aos escribas se lhes consignava a tarefa de escrituração dos gastos e receitas. Na Grécia antiga os comerciantes e os banqueiros tinham já a obrigação de contabilizar todos os contratos que efectuavam, contudo é com a civilização romana que é dada grande expressão aos livros de contabilidade.

Na idade média, o desenvolvimento de algumas cidades Italiana como Toscana e Veneza e da matemática possibilitou o desenvolvimento do método contabilístico, numa altura em a contabilidade baseia-se no empirismo. Neste sentido, Vlaemminck (1961) diz

“A evolução da contabilidade na idade media, do “memorial” à partida simples, e desta à partida dobrada, é totalmente independente do facto de ter existido ou não uma técnica contabilística na idade Antiga”

Na era científica, segundo Buesa (2010), a contabilidade passou por inúmeras etapas, da observação passou à organização de raciocínios, dela aos conceitos que por sua vez produziram enunciados ou teoremas que geraram, finalmente as teorias.

É significativa a contribuição de autores italianos, alemães e norte-americanos no desenvolvimento das doutrinas da contabilidade.

Dos autores italianos destaque para Vincenzo Masi, mentor da teoria patrimonialista, que definiu a contabilidade como:

“A contabilidade é a ciência do património” (Borges, Rodrigues e Rodrigues, 2007)

Na Alemanha, o Eugen Schmalenbach, com a publicação da sua obra o “Balanço Dinâmico” acaba por inverter, definitivamente, a importância relativa das finalidades da informação contabilística. A qualidade da informação fica estritamente vinculada ao conhecimento da realidade económica, devendo proporcionar os responsáveis, a todos os níveis uma adequada tomada de decisões. (Ferreira, 1989)

O Schmalenbach foi assim, o mentor da teoria reditualista, conforme afirma SÁ (1997) apud de Buesa (2010), o autor dava mais prioridade ao “rédito” do que a estrutura

patrimonial, entendendo que o êxito ou não de uma empresa depende dos lucros que ela possa ou não auferir.

Já na abordagem contemporânea é caracterizada pela preocupação com a análise formal da contabilidade, onde vários autores desenvolvem modelos de contabilidade, com base em axiomas, suscetíveis de conhecimento lógico e matemático para chegar a resultados mais ricos de potencialidades explicativas e preditivas. O Canadano Mattessich, é o expoente máximo do período, que em 1964 lança a sua obra “*Accounting and Analytical Methods*”. A contabilidade beneficia de todas as possibilidades de tratamento lógico e matemático dos dados e das informações, aproveitando o instrumental oferecido pela informática e pela investigação operacional.

Não se poderia deixar de evidenciar o papel da escola americana no desenvolvimento da contabilidade, que relaciona - a diretamente com a utilidade e prática, dando relevância ao usuário da informação contabilística.

Os Estados Unidos prosseguiram nesses níveis de desenvolvimento, investindo em pesquisas através de diversos órgãos como o *American off Certified Public Accounting*, o *Special Commitees*, *The Acoounting Research Division*, *The Acoounting Principles Board*, *Financial Acoounting Standards Board*, *American Acoounting Association* e a *Security Exchange Commission*.

Pode-se aferir que a partir dos anos 50 a evolução dos mercados, a necessidade de melhor performance nos mercados e o avanço tecnológico exigem modelos contabilísticos sistematizados centradas na informação, no conhecimento e na prática.

Com a contínua evolução tecnológica e a ampliação das necessidades sociais, como um todo, houve também a ampliação do leque de utentes potenciais da contabilidade. Porquanto o mercado globalizado acelerou a concorrência e tornou a informação

contável indispensável e estratégica para a subsistência e criação de vantagens competitivas de modo a possibilitar que as empresas competissem entre elas e com as grandes corporações transnacionais, expandindo os seus negócios.

Nesta óptica, Padoveze (1999) diz “A contabilidade de gestão moderna deve estar incluída no processo de gestão para investigar de forma contínua a efectividade da utilização dos recursos organizacionais para a criação de valor para os accionistas, clientes e credores.”

Silva e Moura (2002) afirmam que “as informações hoje ganharam uma velocidade muito grande com os avanços tecnológicos, e a contabilidade enquanto ciência social aplicada não poderia ficar alheia a tanta evolução. A profissão contabilística tem procurado acompanhar as mudanças e adaptar-se à nova realidade do mercado.”

A contabilidade constitui, deste modo um instrumento de administração e suporte para planeamento da entidade, e na identificação e determinação dos objectivos organizacionais, bem como para a análise de alternativas e projecção das acções futuras. Com base nos padrões estabelecidos nos planos operacionais, a contabilidade pode acompanhar o andamento do processo de execução das acções e decisões que envolvem a utilização de recursos económicos e, finalmente, avaliar e analisar o resultado das decisões tomadas. Utiliza para o efeito *softwares* que representam um ganho na relação custos-benefícios, visto reduzirem significativamente o período de análise e a margem de erros no processamento e divulgação da informação contabilística.

2.3.2. Conceito e evolução

Vários são os conceitos da contabilidade, quer de entidades especializadas na matéria, quer de autores das diversas escolas e abordagens.

Para AICPA⁴ (American Institute of Certified Public Accountants, Inc.) a contabilidade é a arte de registar, classificar e resumir, de uma maneira significativa e em termos monetários, transacções e eventos que são, pelo menos em parte de carácter financeiro e de interpretar os seus resultados.

Borges et al (2007) citando Tesssanova define a contabilidade como a doutrina de controlo de controlo económico e da determinação do rédito em qualquer espécie de empresas.

Para Ferreira (1989) a contabilidade é uma ciência de natureza económica, cujo objecto é a realidade económica de qualquer entidade pública ou privada, analisada em termos quantitativos e por método específico, com o fim de obter as informações indispensáveis a gestão dessa entidade.

Dos conceitos apresentados conclui-se que a essência da contabilidade qualquer que seja a definição é de controlar o património através da informação financeira, a fim de garantir o sucesso dos processos de gestão da mesma. Neste âmbito F. V. Gonçalves da Silva (In Borges, et al, 1990, p. 23) define a

“Contabilidade como ciência dos processos descritivo – quantitativo utilizado na análise, de registo, interpretação e controlo dos factos de gestão. Visando quantificar tudo o que ocorre numa unidade económica fornecendo, simultaneamente, dados para a tomada de decisões de gestão”

⁴ AICPA - é a associação a maior do mundo, representando a profissão contábil, com mais de 400.000 membros em 145 países, representa muitas áreas de actuação, incluindo o comércio a indústria, público prática, governo, educação e consultoria.

Seguindo esta ideia Carlos B. da Costa, et al. (1999), diz:

“A Contabilidade é uma actividade «que proporciona informação, geralmente quantitativa e muitas vezes expressa em unidades monetárias, para a tomada de decisões, planeamento, controlo das fontes e operações, avaliação do desempenho e relato financeiro a investidores, credores, autoridades reguladoras e ao público”.

Já para Armando do C. Gonçalves, (2002), a contabilidade é uma ciência de natureza económica, cujo objecto é o conhecimento passado, presente e futuro da realidade económica em termos quantitativos a todos os níveis organizativos, mediante métodos específicos apoiados em bases suficientemente aferidas, a fim de elaborar uma informação que cubra as necessidades externas e as de planificação e controlo internas”.

Demonstra-se assim que o principal objectivo da contabilidade é o fornecimento de informações financeiras para tomada de decisões. Se durante a fase evolutiva muitas foram as correntes que defenderam a pertinência da informação contabilística para a empresa em si, actualmente esta informação é essencial para todos os utentes. Para o SNCRF⁵ os principais utentes da informação financeira são os investidores actuais e potenciais, empregados, mutuantes, fornecedores e outros credores, clientes, Governo e os seus departamentos e o público.

⁵ SNCRF - Sistema de Normalização Contabilístico e Relato Financeiro.

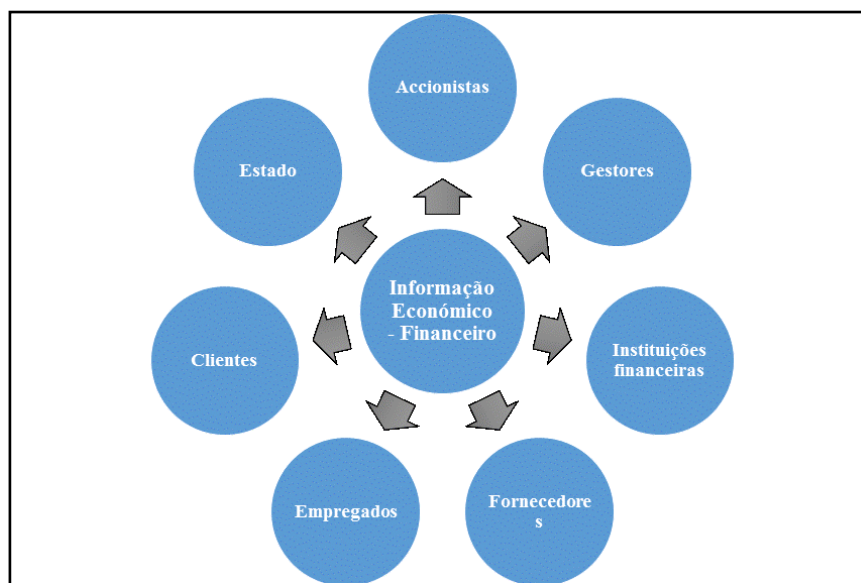


Figura IV – A informação Económico Financeiro e seus intervenientes. Elaboração Própria.

Todos estes grupos estão interessados em maior ou menor grau, de acordo com o envolvimento na empresa, em conhecer a situação económico-Financeiro actual e perspectivar a sua evolução futura. Assim as empresas a cada dia consideram suas informações de carácter económico – financeiro primordial, e sabem que através do trabalho da contabilidade como sistema de informação conseguem ter uma informação comparativa, competitiva, e principalmente uma informação de excelência.

Segundo Costa e Alves (2001) a contabilidade é utilizada nas empresas para prosseguir os seguintes objectivos:

1. Avaliar a sua posição financeira, a variação dos seus resultados e a dos fluxos de caixa;
2. Fornecer os elementos informativos ao controlo dos activos, dos passivos e do capital próprio;
3. Assegurar o controlo dos custos dos produtos, dos serviços e das funções;

4. Possibilitar o estabelecimento e controlo daa realização das políticas, dos planos, dos programas e dos orçamentos;
5. Fornecer as entidades fiscais as informações indispensáveis à tributação da riqueza gerada na empresa;
6. Possibilitar as entidades estatísticas os elementos necessários à contabilidade nacional;
7. Valorizar o impacto da Acção da empresa na actividade humana e no meio ambiente circundante.

Para o SNCRF a informação financeira é indispensável para nomeadamente:

1. Decidir quando comprar, deter ou vender um instrumento financeiro;
2. Avaliar o zelo ou a responsabilidade do órgão de gestão;
3. Avaliar a capacidade da entidade paga aos seus credores;
4. Avaliar a segurança das quantias emprestadas à entidade;
5. Determinar os resultados e em função destes os eventuais dividendos distribuíveis;
6. Avaliar a capacidade da entidade continuar a sua actividade num futuro previsível;
7. Determinar as políticas fiscais;
8. Preparar e usar as estatísticas sobre o rendimento nacional ou,
9. Regular as actividades das entidades.

Assim sendo a contabilidade, que a princípio tinha uma papel de natureza jurídica, transforma-se progressivamente numa fonte de informações, na medida em que pode facultar a todo o momento, o conhecimento da situação da entidade e o andamento dos a todo o momento, o conhecimento da situação da entidade e o andamento dos seus negócios. Neste domínio, a contabilidade tradicional, que registava apenas as relações da empresa com exterior, conseguiu uma maior expressão nas empresas comerciais. Só com o desenvolvimento da técnica contabilística foi possível sua aplicação nas empresas transformadoras e, presentemente, a qualquer organização.

A contabilidade transforma-se num instrumento que fornece um número ilimitado de informações úteis, para tomada de decisões internamente como externamente a empresa. A contabilidade é, objectivamente um sistema de informação e avaliação, destinado a prover a seus usuários com demonstrações e análises de natureza económica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objecto de contabilização.

2.3.2. O Sistema de Contabilidade de Cabo Verde

A profissão de Contabilista existe há mais de 50 anos em Cabo Verde, primeiramente exercida essencialmente pelos guarda-livros (práticos) das antigas casas comerciais e posteriormente, a partir do início da década de cinquenta, por profissionais dotados de uma formação teórica em contabilidade, adquirida no curso geral do comércio da Escola Técnica (Escola Industrial e Comercial do Mindelo, fundada em 1956).

Apesar do ensino da contabilidade não existia um sistema de contabilidade organizada de acordo com as características socioeconómicas do País. No período pós independência o sistema nacional de contabilidade passou por distintos, sendo eles:

1º - 1984 – Adopção pela primeira vez de normativo Decreto nº4/84 – PNC (Plano Nacional de Contabilidade)

2º - 2008 – Revogação do Decreto nº/84: - Adopção de um Novo Normativo designado de SNCRF (Sistema de Normalização Contabilístico e Relato Financeiro) pelo Decreto-lei nº5/2008, com entrada em vigor no ano 2009.

Plano Nacional de Contabilidade:

Em 1984, introduziu-se o PNC – Plano Nacional de Contabilidade, através do Decreto-Lei nº 4/84 de 30 de Janeiro. O PNC contemplava um plano de contas (praticamente uma adaptação do POC – Plano Oficial de Contas de Portugal de 1977), que as empresas passaram a aplicar de forma obrigatória.

A adopção de um plano de contas normalizado para todas as empresas do País, quer públicas, quer mistas ou privadas, visava fundamentalmente satisfazer as necessidades dos diversos utilizadores, nomeadamente:

- Estado: controlo estatal, planificação económica, estatística Nacional, Contabilidade nacional, Fisco, etc.
- Sindicatos e Outros Associações;
- Trabalhadores das próprias empresas;
- Financiadores;
- Gestores da Empresas, etc.

O PNC assentava sobretudo em regras de movimentação das contas. Não acompanhava a evolução económica mundial (efeitos da globalização) e nem sequer a própria realidade empresarial nacional, não produzindo uma informação financeira que se adequasse às novas exigências do mercado que estava em crescimento.

Sistema de Normalização Contabilístico e Relato Financeiro

Em Cabo Verde começava-se a viver tempos marcados pela dinâmica económica. Esta dinâmica foi atestada pela graduação do país ao nível de país de desenvolvimento médio, pela parceria especial com a União Europeia e pela entrada para a Organização Mundial do Comércio – OMC. A par deste fenómeno de internacionalização da economia, surgiram outras necessidades, de certa forma relacionadas, nomeadamente a necessidade de melhorar e ajustar o normativo contabilístico de forma a tornar possível prepararem a informação contabilística tendo como base a importância reconhecida pelos diferentes utilizadores.

Atendendo a todos estes fenómenos e ao plano internacional, foi aprovado, de acordo com o Decreto-Lei nº 43/2008, de 1 de Dezembro, a CNNC – Comissão Nacional de Normalização Contabilística – que tem por missão contribuir para a melhoria da qualidade da informação financeira, sendo seus objectivos principais a emissão de normas e o estabelecimento de procedimentos contabilísticos harmonizados com as normas internacionais de mesma natureza.

Ainda em 2008, com a revogação do Decreto nº4/8414, entrou em vigor, pelo Decreto-Lei 5/2008, de 4 de Fevereiro, o Sistema Nacional de Contabilidade E Relato Financeiro – SNCRF – que deriva sobretudo da transposição, para o normativo nacional, de normas contabilistas emanadas do IASB, ajustadas à dimensão e realidade nacionais. É um sistema composto pelos seguintes instrumentos:

- A Estrutura conceptual;
- As normas de relato financeiro;
- As demonstrações financeiras;
- O código de contas;

- A norma de relato financeiro para as pequenas entidades;
- As demonstrações financeiras reduzidas.

Este novo normativo trouxe vantagens na harmonização da contabilidade, como:

- Aumento do grau de transparência da informação;
- Facilidade nas Transacções Internacionais;
- Facilidade na circulação de capitais.

Aumento do grau de transparência da informação:

Muitos países ainda não têm um adequado conjunto de normas de contabilidade. A adopção de normas aceites internacionais iria, não apenas eliminar os custos de levar a cabo um processo completo de normalização contabilística, mas também, permitir que esses países fizessem parte da tendência contabilística dominante. De facto, a concepção, promulgação e imposição de normas de contabilidade envolve custos consideráveis e, mesmo ignorando as vantagens da uniformização, não seria de todo economicamente vantajoso se cada país encetasse o seu próprio processo.

Facilita as transacções Internacionais:

A crescente internacionalização das economias mundiais e o aumento da interdependência entre as nações, ao nível do comércio internacional e dos fluxos de investimento, são argumentos de peso para a aceitação de normas internacionais de contabilidade. Esta internacionalização das normas irá, também, facilitar as transacções internacionais, a fixação de preços e as decisões de afectação dos recursos económicos, podendo tornar os mercados financeiros internacionais mais eficientes.

Facilita a circulação de capitais:

A necessidade que as empresas têm de aumentar o seu papel, através de emissões públicas de acções, e/ou obrigações, dada a insuficiência dos resultados retidos para financiar projectos e a facilidade de recurso a financiamentos estrangeiros, tem aumentado a necessidade uma harmonização contabilística. Com efeito, os “fornecedores” de capital baseiam-se na informação financeira proporcionada pelas empresas para tomarem as melhores decisões de investimento e de financiamento e tendem a demonstrar uma preferência crescente por relatos financeiros comparáveis.

Não resta-se dúvidas de que a magnitude das transacções financeiras transfronteiras, o comércio internacional de valores mobiliários e o investimento directo estrangeiro são enormes, quer nas grandes, quer nas pequenas economias, Dai o carácter prioritário de se criar um conjunto de princípios, eu permitam medir e reconhecer activo, passivo e resultados.

2.3.3. A Contabilidade nas PME’S Cabo-Verdianas

Um dos principais aspectos que contribuem para o insucesso das PME’s é a falta de controlo, pois na maioria das vezes a contabilidade destes estabelecimentos é realizada à distância, ou seja, os serviços contabilísticos são realizados em instituições contratadas pela empresa sem que profissionais a visitem, presenciem e observem a realidade da mesma, dificultando, portanto uma maior e melhor contribuição com ideias que ajudem na resolução de problemas. É necessário mudar o pensamento em relação aos recursos direccionados a obtenção do conhecimento contabilísticos, pois este serviço precisa ser de qualidade, já que é de grande importância para as empresas, que enfrentam

diariamente problemas por tomarem decisões equivocadas, em virtude de não possuírem informações que reflitam sua verdadeira realidade. Esta visão é reforçada por

Cestare (1996) “ao constatar que apesar das PME’s exercerem papel relevante na economia, ainda existia poucas pesquisas que demonstram a utilidade e a importância da contabilidade para a gestão das empresas de menor porte.”

Este facto, apesar do tempo ainda permanecer inalterado, percebe-se que a ciência contabilística ainda não é tratada como instrumento de gestão, em especial nas PME’s, A busca pela maior qualidade a um menor custo exige que, o administrador da empresa esteja munido de informações confiáveis, para melhor escolha de suas decisões, e é na área contabilística que se encontra todos os registos da vida da empresa, registos importantes para a tomada de decisão.

A contabilidade é dos melhores mecanismos, capaz de auxiliar as pequenas empresas, no caso de indústrias, desde a sua instalação, compra de matérias - prima, determinação do preço de venda, escolha da forma de tributação, apuração dos custos todos esses e outros fatores que são importantíssimos para garantia de sobrevivência, em especial, destes pequenos negócios.

Cestare (2002) aponta os principais problemas da contabilidade em relação a situações vividas pelas pequenas e médias empresas:

- Normalmente a Contabilidade é realizada para atender às exigências fiscais e não como um instrumento útil para assessorar o pequeno empresário em suas decisões;
- Nem sempre a Contabilidade reflete a realidade económico - financeira da empresa;

- Normalmente, o pequeno empresário conhece bem a parte industrial (produção) de sua empresa, confessando-se pouco entendido em administração financeira. Dificilmente possui assessores para auxiliá-los na administração e tem muita dificuldade em interpretar os balancetes e outros relatórios contábeis, apresentados pelos escritórios de contabilidade;
- Normalmente não há política de *stocks*, desconhece-se a verdadeira situação financeira da empresa; não se sabe qual é o seu capital de giro próprio, o seu grau de endividamento, os principais fatores que contribuem para a queda da rentabilidade, o seu nível de imobilização, a composição de suas dívidas (curto ou longo prazo), as fontes de financiamento menos onerosas, as melhoras alternativas de investimentos, etc.
- Há críticas, por parte dos empresários, em relação aos juros altos, encargos sociais elevados, carga tributária, política econômica do governo, etc.
- Não há disposição em remunerar melhor os escritórios de Contabilidade, pois os benefícios decorrentes destes escritórios à empresa são considerados como pequenos;
- Os escritórios de contabilidade são vistos na maioria das vezes, como um “mal necessário”.

Em Cabo Verde as PME's são consideradas elementos fundamentais no plano de sustentação económica e no desenvolvimento nacional, uma vez que têm uma enorme capacidade de gerar riqueza e criar emprego.

Segundo censo empresarial 2011 realizado pelo INE, existem 8957 empresas no território nacional, que operam em diversas áreas, como o comércio, indústria, prestação de serviços, entre outros, diferenciando as empresas com contabilidade organizada das

que não possuem contabilidade organizada, assim como pode-se ver no gráfico seguinte.

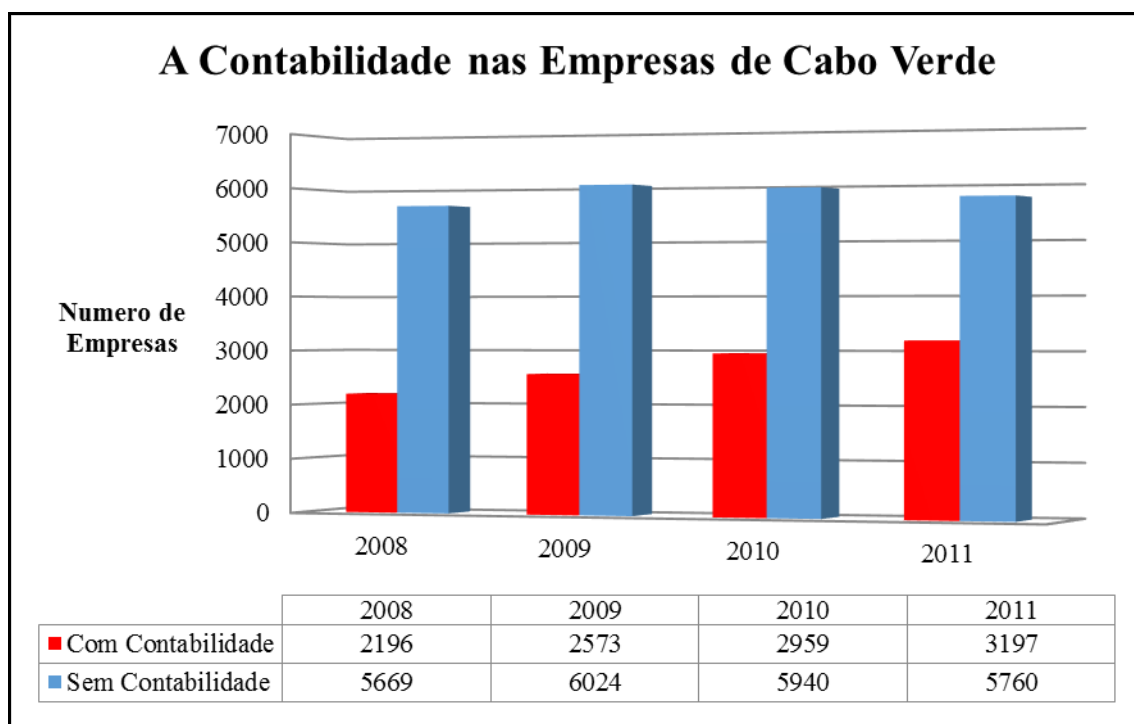


Gráfico IV. Elaborado segundos dados fornecidos pela: INE - IAE 2011

Comprova-se a existência de poucas empresas que possuem contabilidade organizada, como se pode ver com percentagens que não passam dos 35%, e também especula-se que poucas das que a possuem, utilizam a contabilidade como uma fonte de conhecimento, e auxílio para a tomada de decisões. Confirmando o que foi anteriormente escrito, a área contabilística apesar de ser capaz de oferecer as coordenadas para uma melhor decisão, ainda não é tratada como um aspecto de grande relevância nas empresas, especialmente nas PME's.

2.3.3.1. Normalização contabilística e as PME's

Penado, Raimundo e Funes (2011), são da opinião de que alguns anos para cá, vários esforços foram realizados a fim de adaptar as normas internacionais da contabilidade as PME's. Desta forma, para os mesmos autores, o primeiro passo foi dado pela Organização das Nações Unidas (ONU), através da OMC, que no ano 2000 realizou uma conferência sobre (Promoção da Transparência Financeira) Contabilística das PME's, de onde se concluiu que:

- a. As normas internacionais da informação financeira, e algumas normas nacionais em matéria da contabilidade e apresentação de relatórios foram concebidas primordialmente para as grandes empresas cotadas na bolsa de valor;
- b. Muitas PME's, em distintos países, se resistem a aplicação da norma contabilística internacional, porque temem uma excessiva imposição fiscal;
- c. Que as PME's devem contar com sistema de contabilidade e informação financeira que seja simples, compreensível e fácil de utilizar, uniforme e que seja adaptável ao ambiente que opera.

Como consequência desta acção em Dezembro de 2000 o conselho das normas internacional da contabilidade (IASB) afirmou que existia uma demanda para uma versão das normas internacional de contabilidade para as PME's.

Em 2001 a IASB começou um processo de desenvolvimento de normas contabilísticas adequadas para as PME's. Mas somente em finais do ano 2003 e princípios do ano 2004, conseguiu desenvolver pontos de vistas preliminares e provisionais sobre o enfoque básico que seguiria para o desenvolvimento das normas da Contabilísticas para as PME's.

O novo sistema contabilístico de Cabo Verde, aprovado a partir da Portaria nº 49, de Dezembro de 2008, trouxe normas específicas para as pequenas entidades (REPE).

Segundo informações da Portaria nº 49, de Dezembro de 2008, o REPE é composto por uma norma de relato financeiro especialmente preparada para as pequenas entidades (NRF-PE)⁶. A NRF-PE condensa os principais aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação extraídos das NRF, tidos como requisitos mínimos aplicáveis às referidas entidades. Ela conta com aspectos particulares de contabilização, de relato financeiro, ou a lacuna seja relevante de modo a que a informação prestada não seja verdadeira e clara, para tão-somente preencher a lacuna deve-se recorrer pela ordem indicada.

O REPE é de aplicação obrigatória para as entidades, que, de entre aquelas, não optem pela aplicação do conjunto das NRF. Às entidades inseridas no REPE é vedada a possibilidade de:

- Utilizar as normas NFR8, NRF23, NF24, NRF25;
- Possibilidade de revalorizar activos financeiros utilizando como contrapartida contas de capital próprio.

.Entre estas novas normas, tem a norma de relato financeiro para as pequenas entidades, que inclui os modelos de demonstrações financeiras e suas obrigatoriedades. Os modelos das demonstrações financeiras para as PME's são: um balanço, uma demonstração dos resultados por natureza e um anexo. Às Entidades inseridas no regime especial para pequenas entidades (REPE) não se aplicam Uma demonstração das alterações no capital próprio e nem uma demonstração dos fluxos de caixa, devendo no entanto no anexo proporcionar informação que seja relevante para uma melhor

⁶ Norma de relato Financeiros para Pequenas Empresas

compreensão nas alterações no capital próprio e nos fluxos de caixa. As Entidades inseridas no regime especial para pequenas entidades (REPE) podem optar pelos modelos reduzidos do Balanço e da demonstração de resultados por naturezas. Também, apresentadas as bases para apresentação das demonstrações financeiras, como continuidade, materialidade e agregação, regime de acréscimo, consistência de apresentação, compensação, informação comparativa e a identificação das demonstrações financeiras.

A portaria refere-se a um documento de designação anexo, que segundo tal não respeita uma estrutura rígida. No entanto de acordo com a NRF1 a demonstração financeira “Anexo” é constituído por um conjunto de notas apresentadas por uma determinada ordem, devendo esta demonstração financeira começar por identificar a entidade e o referencial contabilístico utilizado para a preparação das demonstrações financeiras.

A informação mínima a ser apresentada no anexo é a que a cada momento for exigida pelo sistema de normalização contabilística e de relato financeiro.

Neste sentido o Anexo deverá iniciar por identificara entidade e o referencial contabilístico seguindo-se as restantes notas, sendo que: a identificação da entidade; a nota 0; as notas 1 e 2; e as notas N-3 a N são de apresentação obrigatória e na sequência em que se apresentam no quadro abaixo onde N é o ultimo número da sequência das notas (o N-1 o penúltimo e assim sucessivamente) ”, como mostra a seguinte tabela.

ANEXO referente a _____ (ano) período compreendido entre ____/____/____ e ____/____/____

0	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.
1	Principais políticas contabilísticas, derrogações e comparabilidade.
2	Fluxos de caixa.
3 a N – 4	Estas notas devem ser apresentadas de uma forma sistemática, e estão reservadas para informação de suporte de itens apresentados na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa. Deverá haver uma referência cruzada entre o Anexo e as demais demonstrações financeiras de forma a tornar fácil e inequívoca a identificação do local do anexo onde a informação se encontra.
N -3	Outras informações sobre a aplicação do regime de acréscimo.
N – 2	Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.
N – 1	Divulgações exigidas por diplomas legais.
N	Outras informações cuja divulgação seja considerada relevante para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Tabela IV – Formato do Anexo. Fonte: Portaria nº 49, de Dezembro de 2008

Na nota N-3, entre outra informação, deverá constar informação sobre os acréscimos e deferimentos.

O REPE foi proposto pela CNNC e nº 49, de Dezembro de 2008 por despacho normativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

2.3.3.2. Os instrumentos contabilísticos das PME'S

As demonstrações financeiras são instrumentos utilizados pela administração duma empresa para prestar contas e levar informações sobre o aspecto económico-financeiro aos accionistas, credores, governo e outros interessados, assim as empresas de pequeno porte que utilizam estes relatórios contabilísticos têm uma grande fonte de informações para análise do estado financeiro da empresa. De entre os relatórios contabilísticos pode – se destacar o fluxo de caixa, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados.

Segundo Ribeiro (1999) apud Silva (2011) diz que as demonstrações financeiras

“São relatórios ou quadros técnicos que contém dados extraídos dos livros, registros e documentos que compõem o sistema contabilístico de uma entidade.”

O Balanço é um documento que retrata a situação patrimonial de uma empresa, numa determinada data, sendo composto pelo activo, passivo e pelo capital Próprio. É um mapa que retrata as origens dos recursos financeiros disponíveis, financiamento, aplicações de fundos, ou os investimentos.

No balanço evidencia-se o princípio básico da contabilidade, segundo o qual o activo tem que ser financiado pelo capital próprio ou por capitais alheios. ($\text{Activo} = \text{Passivo} + \text{Capital Próprio}$). Também é visto numa Perspectiva Patrimonial, quando evidencia a situação patrimonial (bens, direitos e obrigações) de uma empresa num dado momento, incluindo o património líquido, ou numa perspectiva financeira, quando evidencia a situação financeira retratando o conjunto de aplicações de capital, conjunto de origens ou fontes de financiamento, numa perspectiva estática. Segundo Bodie (2000)⁷, o balanço:

⁷ www.eumed.net

“Fornecer um retrato “instantâneo” da condição financeira de uma empresa durante um tempo específico. O balanço é uma lista dos ativos e dos passivos da empresa naquele momento”.

Já para Barros (2002)⁸ retrata o balanço patrimonial como uma

“Representação gráfica do patrimônio. No balanço constam os valores do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido em determinado momento.”

Nabais (2005), afirma que o balanço patrimonial

“É um quadro contabilístico que expressa a situação patrimonial da empresa, a situação econômica e financeira derivada dos fluxos econômicos, dos fluxos financeiros induzidos e dos fluxos financeiros autônomos, numa determinada data.”

Conclui-se assim que, o balanço patrimonial fornece os gestores informações vitais sobre o seu negócio e ficam com uma ideia mais clara do estado financeiro, e dos seus compromissos.

A demonstração de resultados é um mapa que reflete os gastos e rendimentos de um determinado período, normalmente durante um ano. A comparação entre os gastos e rendimentos dá origem a um resultado positivo ou negativo (lucro ou prejuízo). A demonstração de Resultados, só por si, é um elemento fundamental para análise da situação econômica de uma empresa. Segundo Ribeiro (2008) que a demonstração do resultado:

“É um relatório contabilístico designado a evidenciar a composição do resultado formado em um determinado período de operações da companhia. Observando o princípio da competência, essa demonstração, evidenciará a

⁸ www.contabeis.com.br

formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.”

Vieito (2010) afirma que as demonstrações financeiras servem

“Avalia os resultados que a organização gerou num determinado momento.”

Já o fluxo de caixa consiste no controlo de todas as contas que se relacionam com o caixa, desde das entradas e das saídas de recursos financeiros do caixa em decorrência de suas atividades financeiras em um determinado período, permitindo a comparação das suas atividades por diversos períodos. Quando se trata das PME's, a correcta utilização do caixa é essencial para o bom funcionamento dos negócios, sendo que muitos são os factores que podem ocasionar a falta de recursos financeiros disponíveis em caixa nas empresas, especialmente nas PME's. Nesta perspectiva Nabais (2005), diz que fluxo de caixa:

“É um documento de informação referente aos fluxos de dinheiro gerados e utilizados pelas actividades operacionais, de investimentos e de financiamento das empresas. Ela complementa a informações económicas e financeiras do balanço patrimonial e das demonstrações de resultado.”

Segundo Neves (2012), a demonstração dos fluxos de caixa apresenta-se como uma conceção ligada aos ciclos financeiros da empresa e aos tipos de decisão, procurando dar informação sobre a formação das disponibilidades (caixa e depósitos bancários) medindo o impacto dos vários tipos de decisão e valor dos fluxos a saída de cada ciclo financeiro.

Assim como antes dito, na normalização da contabilidade nas PME's em Cabo Verde as PME's adoptam a utilização do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, não utilizam o fluxo pois não é exigido, segunda lei na portaria no 49, de Dezembro de 2008. Deve-se destacar que a maioria das PME's utiliza estes instrumentos

contabilísticos para prestação das suas contas ao fisco. Salientar-se, que não usam os documentos contabilísticos como ferramenta na tomada de decisão e controlo dos objectivos traçados.

2.3.3.3. Indicadores de desempenho económico-financeiro das PME's

A análise das demonstrações financeiras ou contabilísticas é uma ferramenta essencial à geração de informações sobre o desempenho PME's, a situação económico-financeira das empresas e, até mesmo, com relação a sua administração.

Em face a uma sucessão de informações disponibilizadas pela contabilidade, ao gestor torna – se fundamental interpretar a terminologia contabilística de maneira eficiente a fim de que os dados sejam entendidos pelos usuários internos e externos, utilizando-se de algumas técnicas para tal interpretação, dentre as quais, destaca-se a análise dos índices económico - financeiros. O objetivo geral desses índices é a análise do estado económico - financeiros, buscando avaliar os desempenhos do passado e presente, bem como projectar o futuro da empresa.

Assim Brotherton (1998) diz que um sistema de indicadores

“Deve proporcionar habilidades aos gestores de uma organização para determinar se as atividades programadas ocorrem de facto e na direcção ao atendimento dos objetivos da empresa planeados.”

Conceitua-se assim que para uma análise do estado económico-financeiro de uma empresa utiliza-se índices de liquidez, rentabilidade, de actividade, estrutura, da alavanca financeira e risco.

Os indicadores de liquidez medem a capacidade de a empresa cumprir suas obrigações, ou seja, pagar suas dívidas, assim medindo sua base financeira. Magalhães (2002), diz que:

“Os rácios de liquidez medem a capacidade da empresa para saldar os seus compromissos com carácter de curto prazo, assim, uma elevada liquidez representará uma maior probabilidade do credor de curto prazo ser reembolsado pelo crédito concedido.”

Sendo que os rácios de rentabilidade permitem aferir a capacidade da empresa de gerar resultados e, em particular, a dimensão desses resultados, relacionando os resultados com as vendas ou com uma grandeza de capital e são expressos em percentagem. De acordo Nabais (2005):

“a análise da rendibilidade permite avaliar o desempenho económico e financeiro de uma empresa, identificando os factores que influenciam a rendibilidade.

Os índices de índices de actividade, avaliam a eficiência que a empresa esta gerir os activos que possui quer sejam activos circulantes quer sejam activos não circulantes. São sensíveis a natureza da actividade prosseguida pela empresa. Como o caso dos rácios de rotação do activo, o prazo medio de pagamento, o prazo medio de recebimento, entre outros. Gonçalves et. all (2012), diz os indicadores de actividade

“Ajudam a explicar os impactos financeiros da gestão ao nível do ciclo de exploração”

Os rácios de alavanca financeira e risco, identificam as dívidas da empresa e os reflexos que elas têm na exploração são muito utilizados para a análise de crédito, é um bom indicador para os credores avaliarem o risco das operações de crédito.

A análise objectiva e sistemática da estrutura económica - financeira das PME's facilita a compreensão do processo evolutivo da empresa, a tomada de decisão e a definição das estratégias para melhoraria do desempenho da empresa.

Capítulo III – Metodologia

3.1. Metodologia de Investigação

O trabalho em estudo acentua-se em três pilares, como demonstra a seguinte figura.



Figura V – Pilares do Trabalho Científico. Elaboração Própria.

Estudar-se-á agora a parte metodológica do trabalho, capítulo este que referencia os métodos ou caminhos que serão percorridos/alcançados para obter o conhecimento/informação assim aguardados.

Este trabalho terá um carácter exploratório, uma vez que, vai ser realizado dentro de uma pequena e média empresa cabo-verdiana, através da realização de estudo de caso mas especificamente na ilha de São Vicente.

Complementando a ideia anterior Beuren (2004), afirma que o com estudo de caso:

“Busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”.

3.1.1. Estudo de Caso

O estudo de caso é um dos tipos de pesquisa qualitativa que vem adquirindo importância na área de educação.

O estudo de caso é utilizado extensivamente em pesquisa de teor académico, adoptado, com frequência, em teses e dissertações, talvez porque seja uma boa maneira de introduzir o pesquisador iniciante nas técnicas de pesquisa ao integrar o uso de um conjunto de ferramentas para o levantamento e análise de informações.

Neste sentido Goode e Hart (1979), definem o estudo de caso como método de olhar para a realidade social; “... não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o carácter unitário do objecto social estudado.”

De acordo, Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), encaram o estudo de caso como uma “análise intensiva, empreendida numa única ou em algumas organizações reais.”

É neste sentido que pretende - se utilizar o estudo caso, para realçar a importância da Contabilidade numa Pequena e Média Empresa.

Realçando o objecto de estudo Stake (1994), estabelece, que os estudos de caso não são “uma escolha metodológica, mas uma escolha do objecto a ser estudado”.

3.1.2. População e Amostra

A população alvo é conjunto de elementos com a mesma características. É um grupo de interesse que se deseja descrever ou acerca do qual se deseja tirar conclusões. Enquanto, amostra é uma parcela convenientemente seleccionada da população.

O universo escolhido para o presente trabalho são as pequenas e médias empresas de São Vicente em actividade em 2013. Assim, resolveu-se aplicar um estudo de caso,

referenciando uma amostra recolhida do universo em questão, amostra esta uma única PME da ilha de São Vicente, a SORBOGAS, SARL.

3.1.3. Métodos de recolha dos dados

Etapa de pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas seleccionadas, a fim de se efectuar a colecta dos dados previstos.

O estudo de caso terá o apoio de entrevistas, colecta documental, observações e análise do conteúdo.

Para dar inicio a recolha de dados o investigador deslocou-se, pessoalmente a empresa, fez contacto com o responsável de recursos humanos, que prontificou em ajudar na distribuição dos documentos contabilísticos, já a entrevista foi preciso entrar em contacto com Dir. Administrativa e Financeira em responder as perguntas, devidas as políticas e normas da empresa. A aplicação da entrevista e o processo da mesma decorreu no ano de 2014.

Optou-se pelo método de inquérito por entrevista por se tratar de uma técnica adequada para obter grande qualidade de informação, por escrito, e de uma forma mais rápida. A entrevista vai ser proposto a partir da análise da bibliografia, incluindo perguntas fechadas e abertas. A referida entrevista será dirigida a Dir. Administrativa e Financeira.

Recolha documental terá ênfase num estudo dos documentos contabilísticos, como o Balanço, demonstrações de resultados, balancetes, entre outros. Estes documentos terão um intervalo de actividade entre ano de actividade 2010 e o ano de actividade de 2012.

Após a recolha dos dados, realizará a análise dos conteúdos, aplicando rácios que nos ajudarão a compreender melhor o estado económico – financeiro da empresa em estudo.

3.1.4. Forma de Tratamento dos dados

Uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos, constituindo – se ambos no núcleo central da pesquisa.

Neste sentido, Best (1972), diz que este passo de tratamento dos dados recolhidos, representa a aplicação lógica dedutiva e indutiva do processo de investigação.

No tratamento dos dados recolhidos na empresa Sorbogas, utilizou-se as seguintes ferramentas:

- Foi executado uma análise dos dados, nos documentos contabilísticos, cedidos pela empresa objecto do estudo de caso.
- Após o calculo dos devidos rácios que relatam o desempenho económico – financeiro dos últimos três anos da empresa, serão elaborados gráficos com o apoio do Microsoft Excel.

Capítulo IV – Estudo de caso

4.1. Caracterização do objecto de estudo

A empresa objecto de estudo fica localizada e actua na ilha de São Vicente, segunda ilha do arquipélago de Cabo Verde em termos de apresentação do Produto Interno Bruto, demográfico, com uma superfície compreendida em 227 km².

A economia da ilha sempre se baseou quase exclusivamente no comércio e nos serviços, A ilha conta com o principal porto, onde passam grande parte das importações do estado, dotado de terminal de contentores e de instalações de frio e armazéns que possibilitam a actividade de transbordo de cargas.

Segundos dados do INE, censo empresarial 2011, o tecido empresarial da ilha é constituída 1719 empresas, responsáveis pela geração de 12334 postos de trabalhos e 72.299.088 escudos de volume de negócio. Destes as PME's representam a esmagadora maioria, de cerca 97,3%, ou seja 1673 empresas.

4.2. Apresentação da Empresa

A Empresa SORBOGÁS. SARL (Sociedade de Reparações de Bombas de Combustíveis e Instalações de Gás e Serviços), iniciou as suas atividades no dia 1 de Abril de 1996, na zona industrial Sul do Campinho, e está matriculada na Conservatória do Registo de São Vicente, com um capital Social de 5.000.000\$00.

É uma Empresa privada e independente, que opera no Mercado desde 1996. Inicialmente tinha como principal objectivo a prestação de serviços na área de manutenção dos postes de venda da SHELL CABO VERDE, montagem dos depósitos de combustíveis dos clientes da SHELL e efectuar instalações de gás, num regime de exclusividade, visto que os seus colaboradores trabalhavam nas instalações da SHELL e tinham um conhecimento profundo das exigências da empresa.

Inicialmente a SORBOGÁS dava cobertura a todo território nacional, porém a partir de 1998, e após um estudo constatou-se que para minimizar os custos das deslocações, a SHELL CABO VERDE estimulou a criação de uma outra empresa para dar resposta a zona do Sotavento a ELETROGÁS. A partir daí a SORBOGÁS passou a operar somente na região de Barlavento com deslocações trimestrais para serviços de manutenção e deslocações pontuais para reparação em caso de algumas avarias e montagens nessas ilhas cumprindo um plano minucioso de manutenção que é estabelecido no início de cada ano.

A SORBOGÁS é uma Empresa que hoje conta com uma Equipa formados por profissionais com mais de 16 anos de experiência e cujo grau académico e profissional dão garantias de um trabalho de qualidade.

Sendo VIVO ENERGY como único cliente da SORBOGÁS, que em matéria de segurança é muito exigente, dependendo muitas vezes, a renovação dos contratos, o target alcançado na política de HSSE (Saúde, Higiene, Segurança e Ambiente).

A SORBOGÁS é constituída por 10 trabalhadores com idades compreendidas entre os 24 e 54 anos que confere a empresa uma mescla de experiência e qualidade, e também um espírito de ambição e inovação.

Actualmente, a SHELL deu licença ao uso da marca a VIVO ENERGY, a SORBOGAS, continua prestando os mesmos serviços mas num regime contratual renovável de dois em dois anos.

Visão

A visão da Empresa SORBOGÁS. SARL é posicionar-se no mercado como uma empresa de referência e líder na prestação de um serviço de manutenção que seja associado a uma qualidade indubitável com um elevado padrão de segurança.

Missão

A missão da Empresa SORBOGÁS subdivide-se em 04 (quatro) pontos onde preocupam-se em realizar as suas actividades, assumindo compromissos com:

Primeiro: Cliente;

Ouvir as necessidades e exigências do nosso cliente considerando todos os requisitos incluindo os legais e regulamentares aplicáveis as actividades, para que o cliente possa alcançar a sua plena satisfação, e para que a Empresa possa garantir a continuidade na prestação de um serviço onde este reconhece qualidade não obstante ao fato da empresa operar no mercado em regime de exclusividade para a VIVO ENERGY CABO VERDE.

Segundo: Colaboradores;

Proporcionar o crescimento contínuo da respectiva equipa, promovendo a motivação pessoal e profissional, investindo na aprendizagem contínua e nas boas práticas de trabalho, de uma forma a garantir a satisfação dos Colaboradores. A empresa deverá esta dotada de políticas que estimulam uma maior eficácia e eficiência na realização das

suas actividades e contribuir para a realização tanto profissional como pessoal dos seus colaboradores.

Terceiro: Fornecedores;

Estabelecer relações de mútuo benefício com os fornecedores proporcionando a sustentabilidade de ambos incluindo a comunicação da sua qualificação. Tentar sempre respeitar os prazos combinados para os pagamentos e recebimentos. Estabelecer uma relação de parceria que contribua para um crescimento forte e sustentável.

Quarto: Melhoria Contínua;

Avaliar e actuar sistematicamente no Sistema de Gestão da Qualidade de forma a melhorar continuamente a sua eficácia, contribuindo para o bom desempenho da empresa, cimentado a posição de parceira do nosso cliente, contribuindo para um acréscimo de valor e contribuir pra que haja rentabilidade, de forma eficiente.

Valores

Os Valores que caracterizam a Organização, no que concerne ao seu estorno social, económico e político, ou seja representam as ferramentas de uma Organização.

No caso da Empresa SORBOGAS.SARL são os seguintes Valores:

- Alto padrão de segurança na realização das suas actividades.
- Conduzir as relações profissionais internas e externas de maneira ética, honesta e com transparência.

- Actuar como uma equipa integrado, em um ambiente de confiança e transparência, valorizando e respeitando as pessoas;
- Perseguir com determinação os objectivos estabelecidos no plano de negócio;
- Transparência e respeito ao Meio Ambiente;
- Respeitar sempre a vizinhança.
- Competência e profissionalismo;

4.3. Análise diagnóstica da empresa Sorbogas

Após a análise da entrevista com o Administrador Financeiro da Sorbogas, abaixo apresentada, conseguiu-se estabelecer uma análise SWOT Financeira da empresa.

Relativo a questão 2.a: **“A contabilidade constitui um departamento na sua empresa ou é um serviço terceirizado?”** O administrador diz que existe um departamento de contabilidade na empresa mãe que faz não só a contabilidade desta como também a de empresas subsidiárias/participadas como é o caso da Sorbogas.

A questão 2.b: **“Considera a contabilidade como uma fonte de informação na sua empresa? Porque?”** Ela que sim, justificando que recorrem com muita frequência aos dados da contabilidade para tomada de decisões de gestão e outras.

A questão 2.c: **“Quais as ferramentas de gestão trabalhadas a partir das informações fornecidas?”** O Administrador afirma que utilizam Essencialmente na elaboração dos orçamentos previsionais assim como o seu acompanhamento e controlo de gestão.

Segundo a questão 3: **“Qual o sistema de registo contabilístico da empresa?”** O administrador diz que a empresa utiliza Sistema de Normalização Contabilístico e Relato Financeiro.

A questão 4: **“ Qual a finalidade dos registos contabilísticos na empresa?”** O administrador diz que a empresa utiliza os registos contabilísticos para: - Ter dados atempadamente para gestão corrente e estratégica da empresa; - Apresentação de contas aos accionistas; - Apresentação de contas as instituições estatais, Finanças e Outras;

Relativo a pergunta 5 e 6: respetivamente **“A entidade utiliza algum sistema informático para o registo/armazenamento da informação contabilística. Qual? Teria alguma preferência na utilização de softwares? Porque?”** O administrador afirma que a entidade utiliza o software Primavera, pois o mesmo trata-se de um software simples e de rápida perceção.

No caso da pergunta 8: **“Em caso de falhas no registo das informações ou ausência de comprovantes, quais as medidas tomadas?”** O administrador diz que a numa empresa organizada, mesmo que pequena, não se pode falar em ausência de comprovantes. Agora quando a falhas, essas são sempre susceptíveis de acontecerem, e quando acontecem faz-se as devidas regularizações/estornos e lança-se os dados corretamente. É claro que não se admite que as falhas sejam frequentes pois isso pode por em causa a credibilidade da informação extraída do programa.

Na pergunta 9: **“Quais documentos contabilísticos que são fornecidos periodicamente ao gestor?”** Ela diz que mensalmente o gestor tem acesso aos

balancetes, extratos de contas, fluxos de caixa, e outros conforme necessidades. Semestralmente faz-se as Demonstrações de Resultados e Balanços.

Relativo a questão 11.b: **“A missão, a visão e os objectivos são socializados com todos os colaboradores.”** O administrador diz todos os objetivos traçados são socializados com os colaboradores.

Já na pergunta 11.c: **“Como são definidos os pressupostos básicos do orçamento geral da empresa: dados da contabilidade, análise da concorrência, da análise do mercado?”** Ela afirma que são realizados com base nos dados históricos fornecidos pela Contabilidade e perspectivas do mercado.

Na pergunta 11.d: **“Quais são os principais benefícios da contabilidade para a gestão empresarial?”** O gestor afirma que permite ter dados credíveis e atempadamente, analisar a evolução da empresa, analisar a situação económica da empresa (Rendimentos/Gastos), analisar a situação financeira.

Na pergunta 11.e: **“Quais são os principais indicadores que utiliza para avaliação da situação económica e financeira da empresa?”** O administrador afirma que a empresa utiliza rácios de rentabilidade, financeiros e de liquidez.

Relativo a questão 11.f: **“Que informações financeiras consideram mais pertinentes para manutenção ou melhoria do posicionamento da sua empresa no mercado?”** O gestor diz que Toda a informação contabilística, destacando a análise permanente dos gastos.

A questão 11.h: **“Quais são os principais objectivos que a sua empresa pretende alcançar a longo prazo a médio prazo?”** O administrador diz que tem objectivo de cimentar a sua posição no mercado Nacional, preparar e iniciar o processo de internacionalização.

Relativas as questões 12, 13 e 14 respetivamente: **“A empresa realiza avaliações a respeito do desempenho económico-financeiro da mesma? - Com que frequência? - Quais são Instrumentos Económicos - Financeiros utilizados para tais avaliações?”** O administrador assume que são feitas avaliações na empresa, geralmente sempre que necessário, com maior vigor semestralmente, utilizando o RCP, Rentabilidade das Vendas, Autonomia Financeira, Solvabilidade e Liquidez, como instrumentos.

Análise SWOT da Área Financeira	
Pontos Fortes	Utilização das Informações contabilísticas para a tomada de decisão; Utiliza-se a contabilidade como apoio do controlo da gestão;
Pontos Fracos	Falhas no uso de indicadores de desempenho económico-financeiro como (Balanço funcional ou demonstração de resultados funcional, entre outros); Centralização de poder na empresa mãe.
Oportunidades	Qualificação dos colaboradores;

	Diversidade das actividades.
Ameaças	Exclusividade dos serviços a uma única empresa; Conjuntura do mercado.

Tabela V – Análise SWOT da Área Financeira

4.4. Análise económica – Financeira da Sorbogas

O controlo de gestão da Sorbogas é feito exclusivamente através de informações da contabilidade geral e alguns indicadores, mas nada muito aprofundado. A empresa não possui um departamento financeiro próprio, depende do departamento financeiro da empresa mãe, que realiza os serviços da contabilidade.

Através de documentos contabilísticos da empresa, balanço patrimonial e demonstração de resultados por natureza fornecidas pelo administrador financeiro da empresa mãe, realizou-se uma análise económico – Financeiro da empresa, reactivamente a três anos, concretamente os anos de 2010, 2011 e 2012.

	2010	2011	2012
Volume de Negocio	10.830.384	13.096.414	15.653.739
Variação do Volume de Negocio		20,9%	19,5%
Resultado Liquido	-184.702	384.690	980.004
Total do Passivo	3.104.392	5.994.027	4.169.005

Total do Activo	5.997.820	9.272.146	8.427.129
Total do Capital	2.893.427	3.278.119	4.258.124
Próprio			

Tabela VI – Análise económica – Financeiro da entidade

Empresa do ramo da prestação de serviço, importante para a ilha de São Vicente, apresenta nos anos em análise, um crescimento no volume de negócios, destacando que no ano de 2011 teve uma oscilação mais acentuada com uma percentagem de 20,9%, apresenta-se também um aumento acentuado dos capitais próprios ao longo dos anos.

Constata – se um aumento do activo no ano de 2011, principalmente pelo aumento da conta de clientes no valor de 3.125.645\$00, todavia, de acordo com as políticas de controlo interno este facto repercute-se negativamente na tesouraria líquida da empresa. No ano 2012 observa-se uma pequena oscilação decrescente, devido a diminuição dos depósitos bancários.

A empresa apresenta um aumento do passivo no ano de 2011, nomeadamente do diferimento no valor 2.262.360\$00 respectivo ao ano de 2010, como aumentos nas rubricas de fornecedores, estado e outros entes públicos e de outras contas a pagar. Contudo no ano de 2012, apresenta uma diminuição da referida rubrica, devido regularização dos diferimentos.

No ano de 2010 o resultado líquido da empresa situa nos valores negativos aproximados de 184.702\$00, situação que melhora no ano 2011 resultantes do aumento das prestações de serviços mantendo o mesmo ritmo de crescimento em 2012 o que permitiu ter uma situação líquida nos valores de 980.005\$00.

Rubricas	Variação 2010 – 2011	Variação 2011- 2012
Vendas de Mercadorias	20,9%	19,5%
Gasto com Mercadorias vendidas e Matérias Consumidas	0,8%	50,0%
Resultado Operacional Bruto	22,6%	17,5%
Fornecimentos de Serviços Externos	34,9%	17,9%
Valor Acrescentado Bruto	13,0%	17,0%
Gastos Com Pessoal	1,7%	8,5%
Outros Rendimentos e Ganhos	379,4%	-11,2%
Outros gastos e Perdas	494,6%	-24,6%
Resultados antes depreciações	175,6%	55,0%
Gastos/Reversões de depreciação e de Amortização	4,2%	-27,3%
Resultado Liquido	-308,3%	154,8%

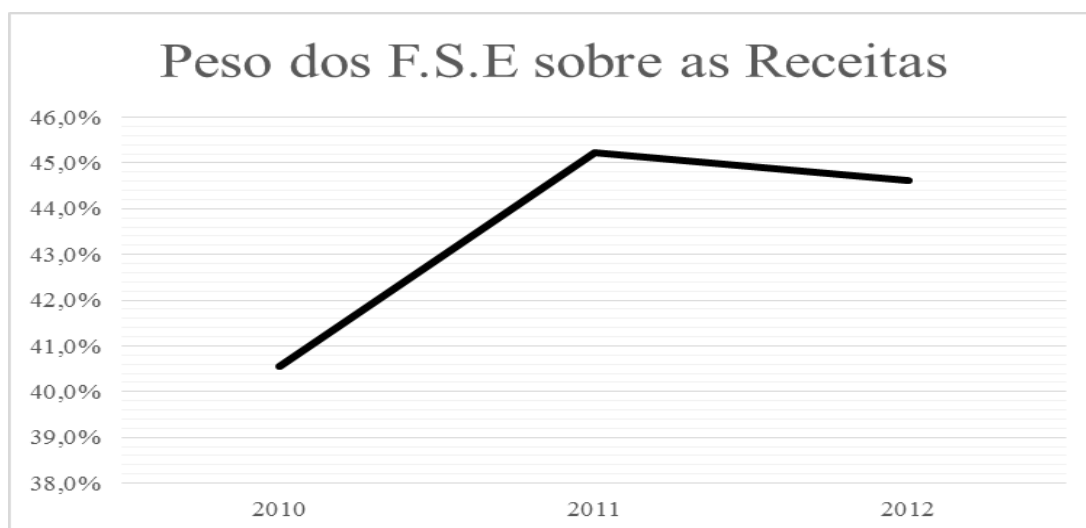
Tabela VII – Variação das rubricas da demonstração dos resultados

A empresa Sorbogas regista uma variação negativa no resultado liquido do ano 2010 ao ano 2011, principalmente por causa do baixo volume de negócios que obteve-se no ano de 2010, e que não conseguiu superar os demais encargos, diferente do resultado liquido da variação do ano 2011 ao ano 2012, que se constata que o volume de negócios conseguiu sobrepor ao custos.

Uma análise quando aos custos pode constatar-se que a rubrica Fornecimento e Serviços Externos têm um grande peso, sendo um dos encargos com maior peso sobre as receitas, devendo fomentar um melhor estudo desses serviços, com vista a diminui-

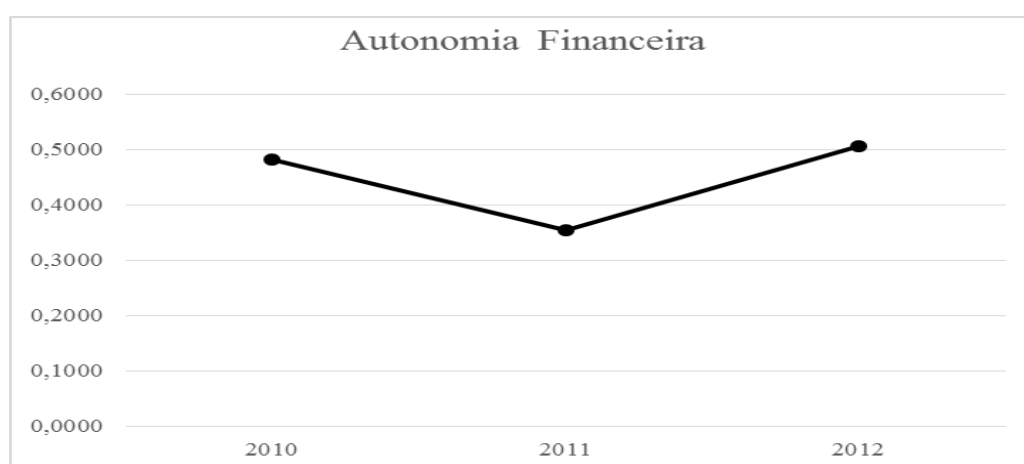
los. O gráfico seguinte ilustra melhor o peso do Fornecimento de Serviços Externos sobre as receitas.

Gráfico V – O peso dos Fornecimentos e Serviços Externos sobre as Receitas



Os Gráficos seguintes ilustram os rácios rentabilidade, solvabilidade, autonomia financeira, de funcionamento, liquidez e tesouraria líquida dos últimos três anos em análise.

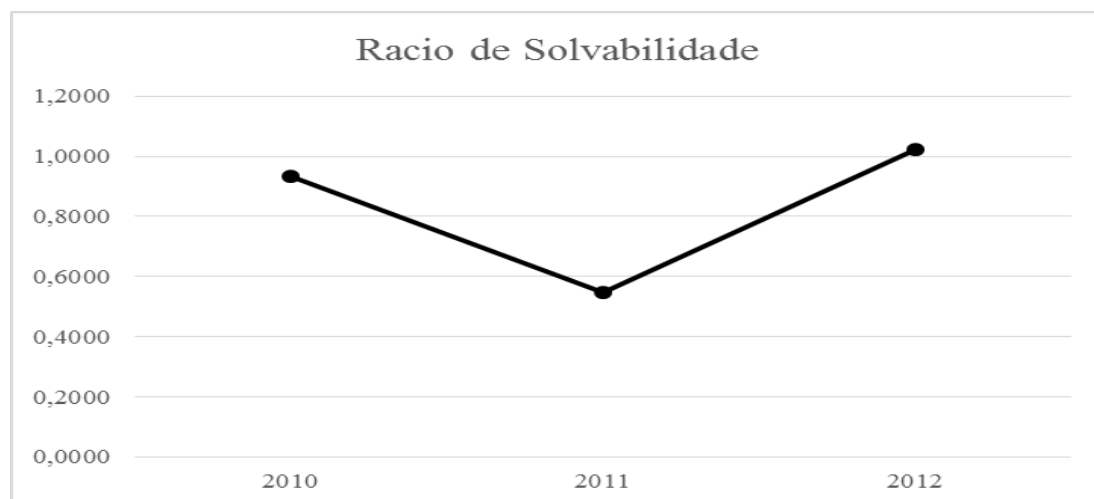
Gráfico VI - Autonomia Financeira



A autonomia financeira da empresa, representa uma dependência da empresa, em relação aos capitais alheios, pode-se ver que no ano 2011 a empresa teve maior

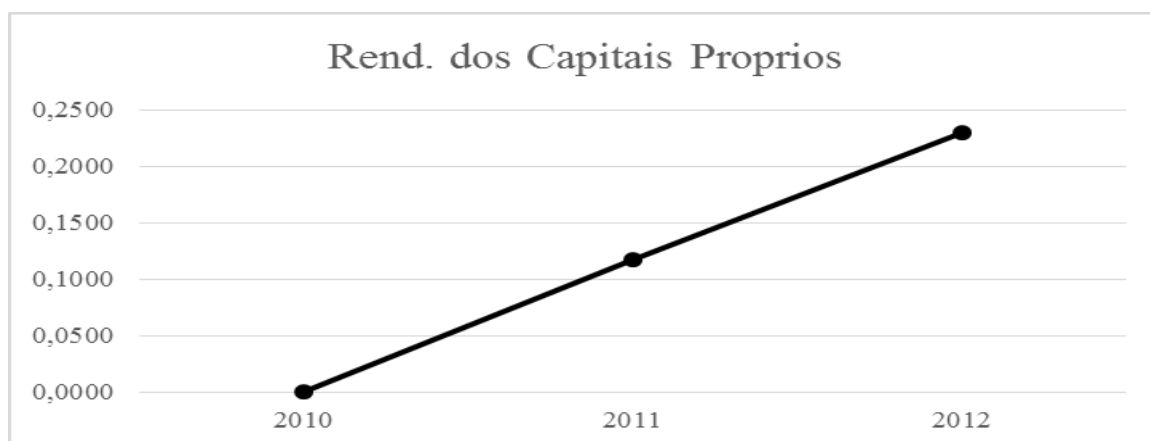
dependência capitais alheios para obtenção de activos situando em valores de 0,35, o mesmo não encontramos nos anos de 2010 e 2012, onde os valores de autonomia financeira se aproximam-se do valor 1, significando menos dependência dos capitais alheios para a obtenção de activos para a empresa.

Gráfico VII - Rácio de Solvabilidade



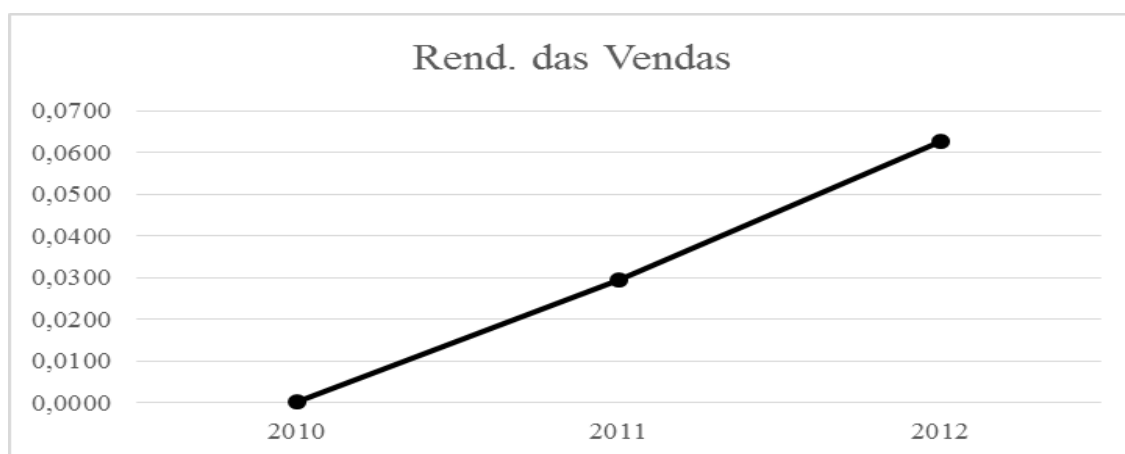
De acordo com gráfico, a empresa encontra-se com uma capacidade da empresa em pagar os seus compromissos a médio e longo prazo no ano 2010 situando-se nos valores de 0,93, o mesmo não acontece no ano 2011, onde pode-se constatar uma queda para 0,39, devido a um aumento do passivo em cerca 2.262.360\$00, razão justificada principalmente por um diferimento (registada em contrapartida dos rendimentos que apesar de ter documento vinculativo no período só deveria ser reconhecida no período posterior). Já no ano 2012 os valores acentuam – se em valores altos demonstrando capacidades da empresa em solver os seus compromissos a média e longo prazo.

Gráfico VIII - Rendibilidade dos Capitais Próprios



Constata-se que no ano 2010 rentabilidade dos capitais próprios se encontra em valores nulos visto que empresa mostrou resultados líquidos negativos nesse ano, situação que altera nos anos seguintes podendo ver-se um crescente aumento na taxa de rentabilidade dos capitais próprios, devido ao aumento do volume de negócios verificado nos anos de 2011 e 2012.

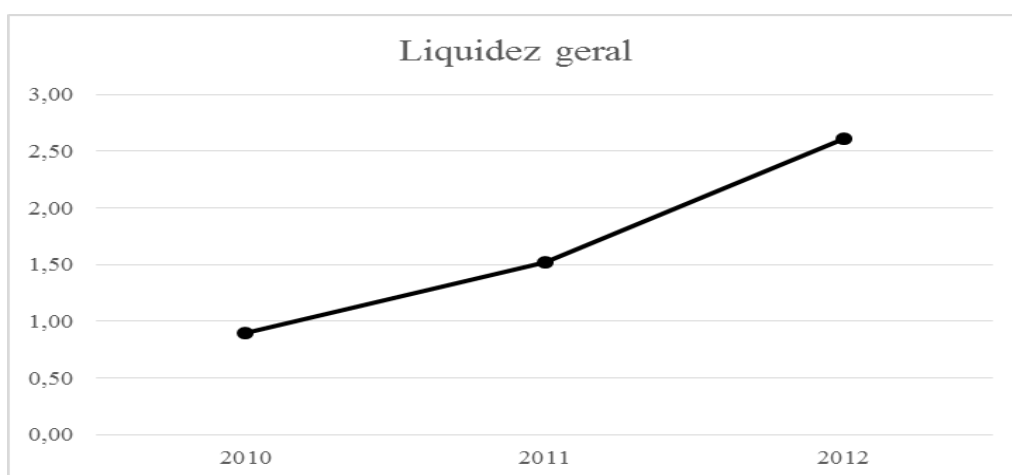
Gráfico IX – Rendibilidade das vendas



Este gráfico possibilita conhecer a margem das vendas a empresa esta a produzir e como tem evoluído essa margem, podendo observar que no ano 2010 a rentabilidade das vendas foi nula visto que empresa não obteve lucros, o mesmo não acontece no ano 2011, onde contacta-se o aumento da rentabilidade das vendas

atingindo no ano de 2012 uma taxa de 6.2% superior a taxa de 2011 que se situa em 2,9%, realidade esta devida principalmente pelo aumento do volume de negócios nos anos de 2011 e 2012.

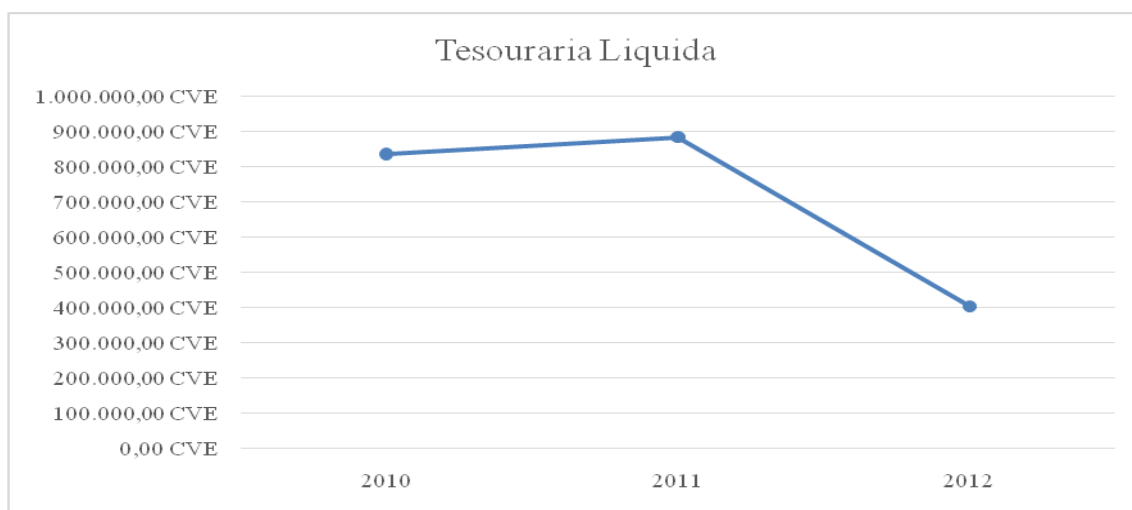
Gráfico X – Liquidez Geral



O gráfico 7 mostra se a empresa tem a capacidade de honrar os seus compromissos em curto e longo prazo. Seguindo a ideia do gráfico, mostra que nos dois últimos anos a empresa possui essa capacidade, situação esta dependente do crédito bancário obtido.

A tesouraria líquida é o indicador normalmente utilizado na abordagem funcional do equilíbrio financeiro de curto prazo de uma empresa.

Gráfico XI - A Tesouraria Líquida



Segundo o gráfico podemos analisar a tesouraria líquida da empresa, podendo ver que saldo da tesouraria é sempre positiva em todos os anos, destacando que nos anos de 2010 e 2011 ela é elevada, (o que transmite a ideia de excedentes na tesouraria que poderiam ter sido aplicados em depósitos a prazo, obrigações ou outros para melhor rentabilização dos activos), a tesouraria líquida em 2012 diminuiu, mas situando ainda em valores positivos.

Da análise efectuada a empresa Sorbogas, pertencente ao sector de prestação de serviços na área de manutenção dos postes de venda da VIVO ENERGY, apresenta um crescimento do negócio, conclusão obtida através da análise das vendas, do seu capital próprio e tesouraria líquida.

Quanto ao equilíbrio financeiro de curto prazo, a empresa apresenta uma liquidez geral em todos anos positiva, desde modo consegue liquidar as suas dívidas de curto prazo. A empresa demonstra uma tesouraria líquida elevada, nos anos de 2010 e 2011, seria de esperar um possível investimento desse excedente, mas não sucedeu – se a nenhum investimento, no ano de 2012 teve um certo declínio no valor da tesouraria líquida.

Fazendo uma análise do equilíbrio financeiro de medio e longo prazo, a empresa apresenta valores de autonomia financeira no ano de 2011 que demonstra uma dependência de capitais alheios na sua actividade, valores que divergem nos anos de 2010 e 2012, remetendo a empresa uma menor dependência de capitais alheios. A solvabilidade apresenta-se com uma flutuação semelhante com a de autonomia financeira, realçando que no 2012 a sua capacidade em liquidar dívidas apresenta-se bastante favorável.

A rentabilidade dos capitais próprios e rentabilidade das vendas, apresenta-se em estado de crescimento do ano de 2010 para o ano de 2012, resultantes do aumento das suas vendas que aumentaram muito nos anos de 2011 e 2012.

4.5. Propostas de perspectivas e objectivos estratégicos para Sorbogas

O estabelecimento dos objectivos desempenha um papel importante na gestão da empresa, pois ajuda a definir a imagem da empresa face ao meio que a envolve, permitindo avaliar o desempenho da mesma dando orientação mais objectiva para a tomada de decisão.

Perspectiva financeira

Objectivos	Descrição
Melhoria da receita/margem das vendas	Avaliar os índices económicos financeiros da empresa.
Melhorar a análise da tesouraria liquida	Avaliar a sua estrutura

Tabela VIII – Objectivos estratégicos da perspectiva financeira. Elaboração Própria.

Perspectivas dos processos internos

Objectivos	Descrição
Fortalecer a imagem da empresa	Posicionar a imagem da empresa, fortalecendo o seu papel no mercado
Criar um sistema eficiente de gestão	Através da criação de sistema de gestão, para melhor controlo dos objectivos traçados.

Tabela IX - Objectivos estratégicos da perspectiva dos processos internos. Elaboração Própria.

Perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento da empresa

Objectivos	Descrição
Desenvolver e potencializar os sistemas de informação	Promove uma melhoria de gestão, ajuda na tomada de decisão.
Realização de reuniões periódicas	Influência o desempenho da empresa, no presente e no futuro.

Tabela X – Objectivos estratégicos da perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento da empresa. Elaboração Própria.

4.6. Indicadores estratégicos para a Sorbogas

Perspectiva Financeira	
Objectivos estratégicos	Indicadores
Optimizar a margem das vendas	Análise do peso dos encargos.
Melhorar a análise da tesouraria líquida	Fluxos de caixa.

Tabela XI – Indicadores para os objectivos estratégicos: perspectiva financeira. Elaboração Própria.

Perspectiva dos processos internos	
Objectivos estratégicos	Indicadores
Fortalecer a imagem da empresa	Ações de informação efectuadas.
Criar um sistema eficiente de gestão	Auxilia a empresa atingir os objectivos de gestão e assegurar dos negócios.

Tabela XII – Indicadores para os objectivos estratégicos: perspectiva dos processos internos. Elaboração Própria.

Perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento da empresa	
Objectivos Estratégicos	Indicadores
Desenvolver e potencializar os sistemas de informação	Índice de fiabilidade da informação do sistema de informação.
Realização de reuniões periódicas	Importante nas decisões e estratégias.

Tabela XIII – Indicadores para os objectivos estratégicos: de aprendizagem e desenvolvimento da empresa. Elaboração Própria.

Capítulo V - Conclusão

O trabalho teve como principal objectivo, demonstrar a importância da contabilidade na gestão estratégica de uma Pequena e Media Empresa, de modo a contribuir a empresa com uma gestão e auxílio na tomada de decisão.

De forma a alcançar esses objectivos, foram recolhidos documentos contabilísticos na empresa, bem como uma entrevista aplicada ao administrador financeiro da empresa mãe. Através duma observação e análise dos dados do estudo, conclui-se que as PME's que utilizam a contabilidade de forma eficiente tem em si um instrumento base para o desenvolvimento, auxílio na tomada de decisão, como na criação de estratégias e melhoria da competitividade.

Com a revisão bibliográfica, mostrou-se que a contabilidade, é um dos instrumentos bases, importante no auxílio das PME's, no alcance dos seus objectivos, como na definição de estratégias. Também relatou - se a importância das PME's no mercado de Cabo Verde, importância da sua conjuntura, como a geração de empregos e dinamização das mesmas no contexto do País.

Ao analisar-se o sistema de Contabilidade da empresa Sorbogas e a sua relação com gestão da mesma, através da recolha de documentos contabilísticos na empresa, e com o auxílio da entrevista com administrador financeiro, constituiu uma grande ponte para a análise económica da empresa, realizar também a análise da rentabilidade, solvabilidade, autonomia financeira, de funcionamento, liquidez e tesouraria líquida de três anos da empresa.

De acordo com a entrevista o gestor financeiro pode-se concluir que a entidade utiliza as informações contabilísticas no processo de tomada de decisões da empresa Sorbogas o que os ajuda na melhoria da competitividade da mesma.

Depois de todas as análises nas diferentes vertentes que abrangem o trabalho, observa – se que a empresa utiliza o sistema de gestão com contabilidade compatível com a sua dimensão, finalidade e objectivos.

Neste sentido, o objectivo geral e os específicos inicialmente foram todos alcançados, assim confirmadas mediante o estudo realizado na Sorbogas.

Do exposto acredita-se que este trabalho venha contribuir para maior eficiência na utilização da contabilidade das empresas de Cabo Verde, garantindo sucesso e estabilidade da mesma no mercado, principalmente nas PME's.

Capítulo VI - Recomendações

De acordo com os resultados obtidos durante o trabalho e da revisão da literatura possibilitou sugerir algumas recomendações a Sorbogas como forma controlar os seus custos e melhores eficiência nos seus serviços.

De uma forma genérica, as sugestões que se poderia fazer a Sorbogas, seriam:

1. Defesa e motivação para diversificação da actividade da organização;
2. Estrutura de incentivos para o uso de energias renováveis;
3. Criação de sistemas de controlo de Gestão, visando auxiliar a empresa atingir os objectivos de gestão e assegurar, tanto quanto, possível, a metódica e eficiente conduta dos seus negócios.
4. Capacitar todos os colaboradores de modo a aumentar a motivação na realização das actividades na empresa;
5. Adoptar por uma visão e missão coerente com os objectivos estratégicos que a empresa pretende alcançar no mercado;
6. Sugere-se a realização de reuniões periódicas para a discussão de temas relacionados aos acontecimentos externos, que podem influenciar de alguma maneira o desempenho da empresa, no presente e no futuro. Elaborar uma ata com o que foi discutido, as informações que foram coletadas (ou as necessidades de informação que foram identificadas) e as decisões ou estratégias que surgiram da conversa. Cópia dessa ata pode ser passada para os demais funcionários, conforme se considere a necessidade e a importância.

Capítulo VII - Bibliografia

1. ANTÃO, Mário Alexandre Guerreiro. Estratégia Empresarial: Conceitos, Processos e Modelos de Análise de decisão. Editora: Universidade Lusíada. Lisboa, 2005.
2. ALMEIDA, Maria Amelia Pacheco Nunes. Aprender a gerir as organizações no século XXI: Novos Contributos. Área editora, SA. Lisboa, Maio 2012.
3. BERTRANT, Yves, and Patrick Guillemet. Organizações: Uma Abordagem Sistémica. Copyright: Télé - université, 1988.
4. CAIADO, António Campos Pires. Contabilidade Analítica e de Gestão. Aras Editora, Sa Lisboa, Maio de 2008.
5. CARVALHO, José Eduardo. Gestão de Empresas: Princípios Fundamentais. Edições Silabo, Lda. Lisboa, 2011.
6. CHIEVENATO, Idalberto, Teoria Geral da Administração Volume I e II. Editora Campus. Rio de Janeiro, 2002.
7. COSTA, Carlos Baptista. Contabilidade Financeira. Editor Rei dos Livros. Novembro de 2008.
8. CRAVO, Domingos José da Silva. Da teoria da Contabilidade as Estruturas Conceptuais. Editora Instituto Superior das Contabilidades e Administração de Aveiro. Aveiro, 2000.
9. FERREIRA, Domingos. Instrumentos Financeiros (Normas Internacionais do Relato Financeiro). Edição: Offsetmais Artes Graficas, S.A. Portugal, Maio de 2011.

10. DUARTE, Jorge e António Barros. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. Editora atlas, 2ª Edição. São Paulo, 2006.
11. FISCHMANN, Adalberto A. e Moisés Ari Zilber, Utilização de indicadores de desempenho como instrumento de suporte à gestão estratégica. São Paulo, 1999.
12. GONÇALVES, Cristina, Dolores Santos e José Rodrigo. Relato Financeiro – Interpretação e Analise. Vida Economica – Editorial, S.A. Porto, Março de 2012.
13. LEJEUNE, Gerard. A contabilidade da empresa. Editora Publicações Europa – América Paris, 1992.
14. LISBOA, João. Introdução à gestão de Organização. Editor Vida Económica – Editorial, SA. Abril de 2011.
15. LONGO, Jônia Koller di Francesco. As alterações contábeis na lei das sociedades anônimas em razão da lei Nº11.638/07, Porto Alegre 2011
16. LOPES, Maria joana Menezes. Sistema de informação para Gestão – Conceitos e Evolução. Editora Universidade Aberta. Lisboa, 1997.
17. Machado, José R. Braz. Contabilidade Financeira (Da Perspectiva da determinação dos resultados). Editora Gráfica Europam, Lda.. Setembro, 1998.
18. Marconi, Marina de Andrade e Eva Maia Lakatos. Fundamentos da metodologia Científica. Editora Atlas, Sa, 6ª Edição. São Paulo, 2005.
19. Martins, António. Introdução à gestão de Organização. Grupo Editorial Vida Económica. Barcelos, Outubro de 2008.

20. Mansfield, Edwun n.º. Norton company, 1990, 1993, 1996, direitos reservados para língua portuguesa, Instituto Piaget. Managerial Economics. Impressão e acabamento: Gráfica, Manuel Barbosa e Filhos, Lda.
21. Mc Guigan, James R., R. Charles Mayer, Frederick H. deb Harris. Economia das Empresas: Aplicações, Estratégias e Táticas.
22. Nabais, Carlos e Francisco Nabais. Pratica Financeira – Analise económica & financeira. LIDEL – Edições técnicas, limitada. Porto, Outubro de 2005.
23. Das Neves, João Carvalho. Análise e Relato Financeiro – Uma visão Integrada de Gestão. Portugal, Janeiro de 2012
24. Rascão, José. Sistemas de Informação para as Organizações – “A informação Chave para a tomada de Decisão. Edição Silabo, Lda, 2ª Edição. Lisboa, 2004.
25. Richardson, Bill and Roy Richardson. Business Planning – An approach to Strategic Management. Pitman Publishing, London 1989.
26. Rodrigues, Dr. Fernando. Diagnostico Económico - Financeiro de empresas. Portugal, Junho de 2004.
27. SILVA, Kleiton Ribeiro. Análise das demonstrações financeiras como instrumento para tomada de decisões. NGEPRO – Inovação, Gestão e Produção, Janeiro de 2011
28. SILVA, Ricardo Vidigal e Ana Neves. Gestão de Empresas na era do Conhecimento. Edição Silabo, Lda.. Lisboa, Maio de 2003.
29. TEIXEIRA, Sebastião. Gestão das Organizações. Editora Mc Graw – Hill de Portugal, Lda. Setembro, 2005.

30. VIEITO, João P. e Carlos P. Maquieira. Finanças Empresariais – Teoria e Prática. Escolar editora. Lisboa, 2010.

31. WHITTINGTON, Richard. O que é a estratégia. São Paulo, 2002.

Artigos

FEDATO, Geovana Alves de lima. CONTABILIDADE PARA PEQUENAS EMPRESAS – Utilização da Contabilidade como instrumento de auxilio as Micro e Pequenas empresas.

PENADO, Jessica Elizabeth. “DISEÑO DE UNA GUIA TÉCNICA Y PRÁCTICA PARA EL REGISTRO CONTABLE DE LOS ARRENDAMIENTOS SEGÚN LA NIIF PARA PYMES Y SU INCIDENCIA LEGAL PARA LAS EMPRESAS DEL SECTOR SERVICIO DE LA CIUDAD DE SAN MIGUEL”. El Salvador, Outubro de 2011.

SANTOS, Carlos Miguel Santana. CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO PARA Á GESTÃO: Estudo de caso em uma empresa do ramo de supermercado de Wanderley-BA. Brasil.

Legislação Consultada

Decreto-Legislativo nº 3/99 de 29 Março de 1999

Decreto-Lei nº 10/2006 de 30 de Janeiro de 2006

Portaria nº 49, de Dezembro de 2008

Sites Consultados

Instituto Nacional de Estatística - www.ine.cv

Francisco da Nóbrega Medeiros Neto - A importância da estratégia e do planejamento para as organizações em tempos de crise/Artigos/Marketing/Administradores.com.

Eumed.net/libros-gratiz/2007c/334/clasificacion%20de%20las%20PYMES

Eumed.net/libros-gratiz

Pt.wikipedia.org

Capítulo VIII – Anexos

Entrevista Director Administrativo e Financeiro

A presente entrevista é realizada no âmbito do curso de Organização e Gestão de Empresas, como suporte ao Estudo de Caso do Trabalho de Final de Curso versando o tema “A importância da Contabilidade na gestão estratégica de uma Pequena e Media

1. Dados do (a) entrevistado (a)

a. Nome

R: Maria de Lurdes Lopes da Graça

b. Cargo

R: Dir. Administrativa e Financeira

c. Habilitações literárias

R: Licenciada em Org. e Gestão de Empresas e Pós Graduação em Gestão Global

2. O conjunto de questões tem por objectivo determinar se a empresa determinar se na empresa a contabilidade é tida como uma fonte de informação.

a. A contabilidade constitui um departamento na sua empresa ou é um serviço terciarizado?

b. Considera a contabilidade como uma fonte de informação na sua empresa? Porque?

c. Quais as ferramentas de gestão trabalhadas a partir das informações fornecidas?

a. As demonstrações são apresentadas em relatório, demonstrando comparação com períodos anteriores?

3. Qual o sistema de registo contabilístico da empresa? Porque utilizam este sistema?

4. Qual é a finalidade dos registos contabilísticos na empresa?

5. A entidade utiliza algum sistema informático para o registo/armazenamento da informação contabilística. Qual?

6. Teria alguma preferência na utilização de softwares? Porque?

7. Com que regularidade recebe os dados da empresa para processamento?
8. Em caso de falhas no registo das informações ou ausência de comprovantes, quais as medidas tomadas?
9. Quais documentos contabilísticos que são fornecidos periodicamente ao gestor?
10. Indique o nível de importância das informações retiradas nas demonstrações financeiras para gestão da empresa?
11. Este grupo de questões visa apurar se a empresa utiliza a contabilidade como base para a gestão estratégica da mesma.
 - a. O planeamento estratégico da empresa tem como suporte as informações contabilísticas?
 - b. A missão, a visão e os objectivos são socializados com todos os colaboradores.
 - c. Como são definidos os pressupostos básicos do orçamento geral da empresa: dados da contabilidade, análise da concorrência, da análise do mercado
 - d. Quais os principais benefícios da contabilidade para a gestão empresarial?
 - e. Quais os principais indicadores que utiliza para avaliação da situação económica e financeira da empresa?
 - f. Que informações financeiras considera mais pertinentes para manutenção ou melhoria do posicionamento da sua empresa no mercado?
 - g. Na sua visão, as informações contabilísticas permitem melhorar o relacionamento com cliente, colaboradores e outros *stakeholders*?
 - h. Quais os principais objectivos que a sua empresa pretende alcançar a longo prazo a médio prazo?

12. A empresa realiza avaliações a respeito do desempenho económico-financeiro da mesma?
13. Com que frequência?
14. Quais são Instrumentos Económicos - Financeiros utilizados para tais avaliações?
15. Como classifica a situação patrimonial, económica e financeira da sua empresa? Porque?
16. No caso de problemas financeiros qual seriam os vossos procedimentos para superação dos mesmos?

Termo de Responsabilidade



UNIVERSIDADE DO MINDELO

Sapientia Omnium Potentior Est

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro que o (a) aluno(a) Marcos Paulo dos Santos Brito
Finalista do curso de Organização e Gestão de Empresas, realizou sob a minha
orientação o trabalho de conclusão curso intitulada:

“A importância da Contabilidade na Gestão Estratégica
de uma PME de São Vicente”

e que a mesma foi desenvolvida de acordo com as normas de elaboração e apresentação dos TCC's
da UNIVERSIDADE DO MINDELO e reúne todas as condições para a sua apresentação e defesa.

Mindelo, 2 de Julho de 2015

O (A) Orientador (a)

Declaração de Autorização de Arquivo e Divulgação



UNIVERSIDADE DO MINDELO

Sapientia Ars Vivendi



11 ANOS PROMOVEDO A QUALIDADE

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ARQUIVO E DIVULGAÇÃO

NOME

Marcos Paulo dos Santos Brito

BI/PASSAPORTE

282918

TELEMÓVEL

994-36-51

E-MAIL

marcos42@live.com.pt

Nº DE ESTUDANTE DA UM

1800

RELATÓRIO [] TESE LICENCIATURA [X] MESTRADO [] DOUTORAMENTO [] OUTRO []

DATA DE CONCLUSÃO

RAMO/ESPECIALIDADE

Área Financeira

TÍTULO

A importância da contabilidade na Gestão Estratégica duma PME de São Vicente

ORIENTADOR (ES)

Doutora Helena Gomes

Declaro, para os devidos efeitos, que concedo gratuitamente à Universidade do Mindelo autorização para arquivar e tornar acessível aos interessados, nomeadamente através do seu repositório institucional, o trabalho supra-indentificado, que disponibilizo no formato abaixo indicado.

A subscrição da presente declaração não implica a renúncia à titularidade dos direitos de autor a direito de usar a obra nos trabalhos futuros os quais são pertença do seu criador intelectual.

FORMATO

☒ X

Papel

☒ X

CD/DVD

OBSERVAÇÕES

DATA

ASSINATURA

Marcos Paulo dos Santos Brito

Assinatura Funcionário

Data Entrega SAA

Data Entrega Coordenação

Data Defesa

Nota Defesa

Data Entrega Biblioteca e Arquivo

Rua Patrice Lumumba, CP 648 – Mindelo – São Vicente – CABO VERDE
<http://www.uni-mindelo.edu.cv> – e-mail: geral@uni-mindelo.edu.cv – Telefone: +238.2326810 – Fax: +238.2325132
NIF: 562770755

mod 00X.12

Balanço 2010 - 2011

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
Razão Social: SORBOGAS S.A.R.L.			
CNPJ nº 06.901.140/0001-00		Data: 04/14	
BALANÇO em 31 de DEZEMBRO de 2011			
UNIDADE MONETÁRIA: ESCUDOS			
RUBRICAS	Data de referência		
	Notas	31-12-2011 Valores	31-12-2010 Valores
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos intangíveis	4	3.319.141,00	3.208.463,00
Intangíveis em desenvolvimento		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos em curso		-	-
Ativos biológicos		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Ações/socios		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Total do ativo não corrente		3.319.141,00	3.208.463,00
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Ativos biológicos		-	-
Clientes	5	5.028.740,00	1.903.096,00
Adiantamentos e fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	6	12.200,00	-
Ações/socios		-	-
Outras contas a receber	7	30.606,00	52.628,00
Diferimentos		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários	8	881.458,90	833.632,90
Total do ativo corrente		5.953.004,90	2.789.356,90
Total do ativo		9.272.145,90	5.997.819,90
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		5.000.000,00	5.000.000,00
Ações (quotas) próprias		-	-
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prêmios de emissão		-	-
Reservas legais		-	-
Outras reservas		-	-
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações no capital próprio		-	-
Resultados transferidos		(2.106.572,30)	(1.921.870,30)
Resultado líquido do período		384.691,00	(184.702,00)
Total do capital próprio	9	3.278.118,70	2.893.427,70
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
Total do passivo não corrente		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	10	534.246,00	247.585,00
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	6	595.788,00	352.877,00
Ações/socios		-	-
Financiamentos obtidos	11	2.080.408,00	2.080.408,00
Outras contas a pagar	12	521.225,20	423.522,00
Outros passivos financeiros		-	-
Diferimentos	13	2.262.360,00	-
Total do passivo corrente		5.994.027,20	3.104.392,00
Total do passivo		5.994.027,20	3.104.392,00
Total do capital próprio e do passivo		9.272.145,90	5.997.819,90

Balanço 2011 - 2012

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
Designação da entidade		SORBOGAS, S.A.R.L.	
Outros Elementos de identificação		200504614	

BALANÇO em 31 de DEZEMBRO de 2012

RUBRICAS	UNIDADE MONETÁRIA: ESCUDOS		
	Data de referência		
	Notas	31-12-2012 Valores	31-12-2011 Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	2.967.467,00	3.319.141,00
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos em curso			
Activos biológicos			
Investimentos financeiros			
Associstas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
Activos não correntes detidos para venda			
Total do activo não corrente		2.967.467,00	3.319.141,00
Activo corrente			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes	5	4.264.993,00	5.028.740,00
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	6	29.564,00	12.200,00
Associstas/sócios		700.000,00	
Outras contas a receber	7	62.000,00	30.600,00
Diferimentos			
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	8	403.104,90	881.458,90
Total do activo corrente		5.459.661,90	5.953.004,90
Total do activo		8.427.128,90	9.272.145,90
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		5.000.000,00	5.000.000,00
Ações (quotas) próprias			
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultados transitórios		(1.721.881,30)	(2.106.572,30)
Resultado líquido do período		980.005,00	384.691,00
Total do capital próprio	9	4.258.123,70	3.278.118,70
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	11	2.080.408,00	2.080.408,00
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		2.080.408,00	2.080.408,00
Passivo corrente			
Fornecedores	10	467.482,00	534.740,00
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	6	793.798,00	595.788,00
Associstas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	12	377.413,20	521.225,70
Outros passivos financeiros			
Diferimentos	13	449.904,00	2.262.360,00
Total do passivo corrente		2.088.597,20	3.913.619,20
Total do passivo		4.169.005,20	5.994.027,20
Total do capital próprio e do passivo		8.427.128,90	9.272.145,90

Demonstração de resultados 2010 - 2011

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: SORBOGAS, SARL
Outros Elementos Identificação - NIF: 200504614

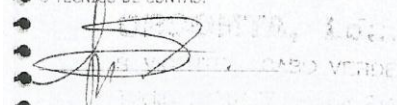
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2011 e 31 de DEZEMBRO de 2011

UNIDADE MONETÁRIA: ESCUDOS

RUBRICAS	PERÍODO		
		2011	2010
	Notas	Valores	Valores
Vendas de mercadorias	14	13.096.415,00	10.830.384,00
Prestação de serviços			
Subsídios a exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade	15	(827.665,00)	(821.293,00)
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Resultado operacional bruto		12.268.750,00	10.009.091,00
Fornecimentos e serviços externos	16	(5.922.470,00)	(1.391.196,00)
Valor acrescentado bruto		6.346.280,00	5.617.895,00
Gastos com o pessoal	17	(5.320.446,00)	(5.231.488,00)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor	18	170.755,00	35.619,00
Outros rendimentos e ganhos			
Outros gastos e perdas	19	(62.430,00)	(10.500,00)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		1.134.159,00	411.526,00
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	20	(621.237,00)	(596.228,00)
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis			
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		512.922,00	(184.702,00)
Juros e ganhos similares Obtidos			
Juros e perdas similares suportados			
Resultado antes de impostos		512.922,00	(184.702,00)
Imposto sobre o rendimento do período		128.231,00	
Resultado líquido do período		384.691,00	(184.702,00)

O TÉCNICO DE CONTAS:



O GERENTE:



Demonstração de Resultados 2011 - 2012

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: SORBOGAS, SARL
Outros Elementos Identificação - NIF: 200504614

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de JANEIRO de 2012 e 31 de DEZEMBRO de 2012

UNIDADE MONETÁRIA: ESCUDOS

RUBRICAS	PERÍODO		
	2012		
	Notas	Valores	Valores
Vendas de mercadorias			
Prestação de serviços	14	15.653.739,00	13.096.415,00
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	15	(1.241.652,00)	(827.665,00)
Resultado operacional bruto		14.412.087,00	12.268.750,00
Fornecimentos e serviços externos	16	(6.984.823,00)	(5.922.470,00)
Valor acrescentado bruto		7.427.264,00	6.346.280,00
Gastos com o pessoal	17	(5.773.257,00)	(5.320.446,00)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	18	151.570,00	170.755,00
Outros gastos e perdas	19	(47.084,00)	(62.430,00)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		1.758.493,00	1.134.159,00
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	20	(451.820,00)	(621.237,00)
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciables/amortizáveis			
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		1.306.673,00	512.922,00
Juros e ganhos similares Obtidos			
Juros e perdas similares suportados			
Resultado antes de impostos		1.306.673,00	512.922,00
Imposto sobre o rendimento do período	6	326.668,00	128.231,00
Resultado líquido do período		980.005,00	384.691,00

O TÉCNICO DE CONTAS:

O GERENTE:

Fluxo de Caixa 2010 - 2011

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade

SORBOGAS, SARL

Outros Elementos

200504614

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período compreendido entre 01 de JANEIRO de 2011 e 31 de DEZEMBRO de 2011

UNIDADE MONETÁRIA: ESCUDOS

RUBRICAS	PERÍODO	
	31-12-2011	31-12-2010
	Valores	Valores
Método Directo		
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes	9.970.771,00	12.210.496,00
Pagamentos a fornecedores	-5.635.809,00	-606.474,00
Pagamentos ao pessoal	-3.029.652,00	-3.110.685,00
Caixa gerada pelas operações	1.305.310,00	8.493.337,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-525.569,00	8.199.783,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	779.741,00	293.554,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-731.915,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios do investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-731.915,00	0,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	121.292,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-121.292,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	47.826,00	293.554,00
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	833.632,90	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	881.458,90	833.632,90

O TÉCNICO DE CONTAS:

O GERENTE:

ORCONTA, LDA

Fluxo de Caixa 2011 - 2012

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade

SORBOGAS, SARL

Outros Elementos

200504614

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período compreendido entre 01 de JANEIRO de 2012 e 31 de DEZEMBRO de 2012

UNIDADE MONETÁRIA: ESCUDOS

RUBRICAS	PERÍODO	
	31-12-2012	31-12-2011
	Valores	Valores
Método Directo		
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes	16.835.834,00	9.970.771,00
Pagamentos a fornecedores	-8.479.960,00	-5.635.809,00
Pagamentos ao pessoal	-5.773.257,00	-3.029.652,00
Caixa gerada pelas operações	2.582.617,00	1.305.310,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-2.960.825,00	-525.569,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-378.208,00	779.741,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-100.146,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-100.146,00	0,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	121.292,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	-121.292,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-478.354,00	779.741,00
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	881.458,90	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	403.104,90	881.458,90

O TÉCNICO DE CONTAS:

O GERENTE:

ORCONTA, LDA

